



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 05/17-21 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2018/04/27**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Ana Patricia Verde Moreira.
- Rui José Gomes Ramalhosa, Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, substituído por João Fernando Rua de Catarino.
- José Luis da Fonte Lima, Presidente da Junta de Freguesia De Vile, substituído por Hélder Amorim Migueis.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, substituído por Ana Cristina Serro Barreiros.
- João Fernando de Oliveira Domingues, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Paula Margarida de Sousa e Almeida.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Tânia Marisa Magalhães Aldeia.
- Maria Emília Roda Fernandes Lopes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Cláudia Pereira Fernandes.
- Renata Sousa Monteiro, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Christine Ferreira Pereira.



Assembleia Municipal de Caminha

- Filipe Samuel Baltazar Fernandes, pelo Partido Socialista, foi substituído por Vitor José Brás Rocha.
- Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- Narciso Correia, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por José Valdemar Ferreira Vieira.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 26 de janeiro 2018;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro 2018;
- d) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2017;
- e) – 1ª Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência do Ano 2017;
- f) – Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais;
- g) – Contração de um Empréstimo a Curto e Longo Prazo para Aplicação em Investimentos Cofinanciados até ao Montante de €1.180.630,25;



Assembleia Municipal de Caminha

- h) – Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas;
- i) – Regulamento dos Pavilhões Desportivos Municipais;
- j) – Regulamento e Regimento do Conselho Municipal de Juventude de Caminha;
- k) – Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Viana do Castelo (APPACDM) para Cedência de Instalações – Edifício e parte do Logradouro – Antiga Escola Primária de Vilarinho;
- l) – Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e o Grupo Etnográfico de Vila Praia de Âncora para Cedência de Instalações – Dependência e parte do Logradouro – Antiga Escola Primária de Vilarinho;
- m) – Alteração à Postura de Trânsito na Avenida de Santana – União de Freguesias de Moledo e Cristelo.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegaram à mesa duas Moções, sendo uma delas assinada pelos três representantes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia Municipal de Caminha, que se intitula “Comemorar o 1º de Maio em Liberdade e Democracia”, e uma outra apresentada pelo representante do Grupo Parlamentar da Coligação Democrática Unitária, que se intitula “A Água é um direito Universal”

De seguida o **Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes e Comunicação Social, e leu a seguinte Moção:

“A Água é um direito Universal!



Assembleia Municipal de Caminha

É hoje do conhecimento público que há a intenção de vários Municípios do Distrito de Viana do Castelo de criarem uma Empresa Intermunicipal, com a participação de 51% da Águas de Portugal, considerando, os proponentes desta moção, que a concretização deste "negócio" é inaceitável e que esta opção, se levada a efeito, prejudicará gravemente toda a população do Alto Minho.

Na sequência deste conhecimento, há já municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, envolvidos na preparação da criação da dita empresa que passaria a gerir a distribuição de água ao domicílio (dita, em baixa) e da rede de saneamento, sendo que a gestão em "alta" já se encontra concessionada à empresa Águas do Norte.

A criação desta empresa, partindo da vontade expressa e livre dos municípios, deveria apenas ficar nas mãos destes e não como no negócio previsto, onde a Águas de Portugal fica com 51% da futura empresa Águas do Alto-Minho, SA, e as autarquias apenas 49%, com base numa concessão que terá 30 anos de duração.

A entrega dos serviços municipais de águas a uma empresa controlada pela Águas de Portugal, que já controla o fornecimento aos municípios, retira às autarquias qualquer possibilidade de intervenção na sua gestão, afasta os serviços das populações, põe em causa os direitos laborais e, como já foi tornado público, agravará os custos para a grande maioria da população.

Assim, considerando que:

1. Esta decisão irá acarretar profundas implicações para os trabalhadores, uma vez que com este modelo deixarão de existir, progressivamente, quadros dos serviços de águas vinculados aos Municípios, e a passagem dos trabalhadores das autarquias para a empresa obrigá-los-á a aceitar horários de trabalho de 40 horas semanais, mobilidade geográfica, polivalência, a redução provável do número de trabalhadores, traduzindo-se num retrocesso laboral, testemunhado por situações idênticas noutros setores;



Assembleia Municipal de Caminha

2. Os municípios perderão o património de conhecimento, de saber e competência no domínio da gestão da água e a sua distribuição aos cidadãos, irrecuperável e limitador de uma reversão futura desta dependência municipal;
3. Com a criação desta empresa, os preços da água irão sofrer um aumento no imediato para 9 dos 10 concelhos do distrito, sabendo-se que os valores serão nivelados pela tarifa mais alta, que é a do Município de Viana do Castelo (2,14€/m³), e a médio/longo prazo estas tarifas poderão aumentar mais ainda, já que a lógica deste modelo é a de que os preços da água devem cobrir todos os encargos, prática que se afasta do nosso pensamento em sistemas públicos inerentes a bens essenciais à vida;
4. Com a criação da empresa Águas do Alto Minho, com a maioria do capital (51%) da Águas de Portugal, fica aberta a possibilidade da concretização de um processo de uma futura privatização da água no distrito.

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 27 de abril de 2018, delibera:

1. Afirmar a defesa da gestão pública da água, nomeadamente a denúncia de todas as medidas tendentes a promover a privatização, seja por que via for, destes sectores e dos serviços que lhe dão corpo, construídos com dinheiros públicos, com o esforço dos seus trabalhadores e do das populações;
2. Afirmar a defesa da água como um direito humano e um bem essencial à vida, não negociável, estratégico para soberania e desenvolvimento nacionais, sendo apenas os Municípios capazes de a gerir na garantia destes princípios;
3. Rejeitar a constituição da empresa Águas do Alto Minho, nos moldes anunciados, e que determinam a maioria dada à empresa Águas de Portugal, que deteria 51% do Capital da referida empresa.

A presente deliberação será remetida ao Exmo. Sr. Presidente da República, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República, Exmo. Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, à Câmara Municipal de Caminha, às Juntas de Freguesia do Concelho, à comunicação social em geral e à população do Concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Os proponentes,

Joaquim Celestino Ribeiro

Ana Cristina Serro Barreiros“

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para debate a moção apresentada.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa cinco minutos para poder reunir com os seus colegas de bancada para decidirem o sentido de voto, uma vez que não estavam à espera desta moção.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação a referida moção, a qual foi rejeitada por 17 votos contra e 14 votos a favor.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e fez a seguinte declaração de voto, e disse que;

O Partido Socialista votou contra esta moção porque este assunto será debatido no momento e altura própria, e nesse momento terão todos os dados para se decidir o que se fazer, pelo que, de momento esta moção baseia-se em suposições, e sobre aquilo que ali o Senhor Deputado referiu, ela própria já ouviu o contrario, logo, devem-se reservar para o momento próprio decidir o que fazer.

Após a votação o **Senhor Presidente da Mesa**, solicitou ao Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária Joaquim Celestino Ribeiro, para ler a segunda moção apresentada à mesa, o qual passou a ler;

“Comemorar o 1º de Maio em Liberdade e Democracia”



Assembleia Municipal de Caminha

Passados 132 anos sobre os massacres de Chicago, associados à reivindicação de 8 horas de trabalho, que estiveram na origem do 1º Maio, trabalhadores de todo o mundo continuam a lutar pela sua emancipação, contra a exploração e por melhores condições laborais e de vida.

Já não há forma de ofuscar e esconder a realidade social e económica que pende em favor do patronato e prejudica a classe trabalhadora. São os trabalhadores que produzem a riqueza, e é a eles que se deve o desenvolvimento económico, a qualidade e a competitividade, por mais que teimem os que, insaciados, exijam mais, por menos, da condição humana.

É por isso urgente que a intervenção pública de cariz político exerça a oportuna denúncia que o poder da democracia lhes confere. Em Portugal, os salários têm vindo a perder peso na distribuição do rendimento. 30% dos trabalhadores portugueses têm, em Portugal, salários inferiores a 600 €, e 10% dos mais ricos detêm 53% do total da riqueza.

Portugal regista um dos maiores desequilíbrios laborais, medidos não só no salário, como também na precariedade, dando os setores do estado um exemplo vicioso e pouco respeitador da condição do trabalhador, e retrógrado quanto ao conceito de trabalho.

Esta realidade urge ser invertida, não havendo mais espaço para a inoperância e a indiferença. Ignorar a classe trabalhadora e a dignidade do trabalho é negar Abril e os valores a Ele associados, contrariando a defesa e as comemorações recentes desta data que ditou a liberdade e a Constituição que nos rege e nos identifica enquanto Estado-Nação.

Comemorar o 1º de Maio em Liberdade e em Democracia constitui um dever ético para os que prezam a Liberdade e acreditam que é no quadro da Democracia e na linha da Constituição de Abril que se poderão encontrar as soluções necessárias para o futuro do povo, da classe trabalhadora e do país.

Assim, considerando:

1. A profunda identificação desta assembleia com os valores de Abril e os princípios subjacentes à proclamação do 1º de Maio;



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

2. A necessidade urgente de apoiar a defesa da dignidade do trabalhador e do valioso património civilizacional do trabalho, exercido em liberdade e em democracia;

3. A existência, reconhecida pelo Estado Português, de precariedade no emprego, não só no setor privado como também na esfera pública, que urge combater;

4. A proximidade da data comemorativa do 1º de maio, 44 após os festejos de 1974.

A Assembleia de Municipal de Caminha, reunida a 27 de abril de 2018, delibera:

1- Promover e estimular a luta em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República;

2- Saudar, nos trabalhadores da autarquia, todos os trabalhadores portugueses, reconhecendo o seu papel no desenvolvimento económico e social;

3- Mostrar total solidariedade para com todos os trabalhadores em luta, particularmente os que sobrevivem na precariedade no emprego;

4- Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 1º de Maio;

5- Reconhecer o papel das autarquias na dinamização dos atos comemorativos do 1º de Maio.

A presente moção deverá ser enviada para a Câmara Municipal de Caminha, Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do concelho de Caminha, Representação municipal do STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), União Geral de Trabalhadores (UGT), Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), Associação 25 de abril, Grupos parlamentares representados na Assembleia da República.

Os proponentes,

Eleitos da CDU | Eleitos do PS | Eleitos do PSD”



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para debate a moção apresentada, e uma vez que não houve inscrições, submeteu-a para votação, a qual foi aprovada com 33 votos a favor.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- Email da Associação Nacional de Assembleias Municipais, a dar conhecimento, do 2º. Encontro Nacional de Presidentes de Assembleia Municipal, onde foram proferidas importantes declarações relativamente ao futuro do poder local., as quais foram anexadas.
- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, a dar conhecimento do Projeto de Resolução - Reconhecimento da elegibilidade das pastagens arbustivas nas regiões de montanha, para efeitos de ajudas da PAC.
- Ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Caminha a dar conhecimento do Relatório Anual de Atividades 2017, com o respetivo relatório em anexo.
- E-mail de Luís Sottomaior Braga, a dar conhecimento de uma queixa que apresentou contra o Município de Caminha.
- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, a dar conhecimento de uma pergunta dirigida ao Ministério das Finanças pelos Srs. Deputados José Luís



Assembleia Municipal de Caminha

Ferreira e Heloísa Apolónia sobre a falta de apoios às Juntas de Freguesias para o serviço de entrega das declarações de IRS.

- E-mail de Luís Sottomaior Braga, a dar conhecimento que o Senhor Presidente da Comissão de Acesso aos documentos administrativos, propôs o arquivamento do processo face à resposta da Câmara Municipal apresentada.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:

“Abril é o mês não só da Comemoração de 25 de Abril de 1974 mas também o mês em que o Executivo apresenta em reunião da Câmara e em reunião de Assembleia Municipal o Relatório de Contas do ano transato.

Lendo o Relatório de Contas de 2017, que o Executivo Socialista liderado pelo Dr. Miguel Alves hoje aqui nos apresenta, vemos que as Contas do ano passado não são boas - são péssimas, diríamos mesmo - uma vergonha.

Apresentam um prejuízo de 2 milhões de Euros, ou seja, a Câmara assumiu mais 2 milhões de Euros em despesa do que o valor da receita que acabou por ter!

A taxa de execução de receita foi baixa - cerca de 67,3% .

A dívida de curto prazo aumentou e está agora nos 8,4 milhões de Euros!

O limite de endividamento permitido por lei à Câmara de Caminha foi largamente ultrapassado!



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O prazo médio de pagamento aos fornecedores atingiu o valor recorde de 224 dias!

Verificamos que continuam a aumentar as dívidas a fornecedores, porque não têm dinheiro em Bancos, os prazos médios de pagamento são dos piores do País, não conseguem pagar as faturas da Agua, não pagam as faturas da recolha do lixo, não pagam à Caminhaequi, porque erraram no cálculo da despesa face à receita disponível.

Inaceitável, Sr. Presidente, ainda para mais com a conjuntura de crescimento do país. Outros tiveram de enfrentar nos seus concelhos os duros tempos da troika por via do estado em que o PS deixou o país, mas o Sr. Presidente recebeu uma Câmara com dinheiro em bancos, a pagar a horas e com muitos projetos em execução só bastando finaliza-los.

Os números apresentados neste Relatório de Contas de 2017, vêm sublinhar o que o Grupo do PSD desta Assembleia Municipal não se cansa de dizer em todas as Assembleias Municipais, mas que poucos Caminhenses estão na disposição de ouvir:

A Câmara de Caminha não tem dinheiro, porque demagógicamente prescindiu de receita!

Se prescinde de receita não consegue fazer face aos compromissos.

E não pagando os compromissos, abre falência!

O Sr. Presidente e a sua equipa, faliram a Câmara de Caminha, no tempo recorde de 4 anos, por via das opções políticas que tomaram para ganhar eleições e agora. Vêm dizer que afinal vai ter de subir novamente os impostos! Afinal nada tem a ver com o passado. Como diz o ditado: a mentira tem perna curta!

Tudo isto acontece por incompetência de gestão. Por não saberem elaborar orçamentos. Por não saberem onde captar receita e prescindir de uma fatia considerável por opção política.

Estão todos completamente perdidos, sem Norte, à espera de um Milagre!

Vila Praia de Âncora agoniza!



Assembleia Municipal de Caminha

Pelas ruas só se vêem velhos e reformados.

Em Moledo bradam aos céus e dizem que nunca esteve tão mal e tão parado.

Em Caminha desesperam e assim um pouco por todo o concelho.

A Juventude desapareceu.

O comércio local vai fechando portas.

Desde que este Executivo permitiu a abertura do Continente dentro da malha urbana de Vila Praia de Ancora, desde que este Executivo foi conivente com o encerramento da Ancorensis Cooperativa de Ensino, vemos a maior Freguesia do Concelho a definhar.

O mesmo acontece com a Vila de Caminha.

Já há comerciantes em Caminha que não abrem a porta dos seus negócios aos domingos por que já não é rentável.

As Freguesias do interior do Concelho estão abandonadas à sua sorte.

Uma coisa é ver este Executivo a falar, outra coisa é ver este Executivo a trabalhar.

Fala muito bem!

Dá sempre bom tempo!

A trabalhar é que as coisas são uma desgraça.

Bastou 4 anos para levar a Câmara à falência.

Só que esta falência é da responsabilidade total de Miguel Alves e de toda a sua equipe.

Vir dizer que a culpa é do PSD e dos Executivos do PSD do passado é um disco que já está muito riscado e os Caminhenses já perceberam muito bem como as coisas se passam.

O Sr. Presidente, em carta aos seus militantes apela a que se unam e se solidarizem consigo porque sabe que errou. Agora peço-lhe que faça este exercício:

- Se fosse o PSD a ter cometido este erro grosseiro e grave de gestão que hipotecou o nosso futuro o que estaria o Dr. Miguel Alves e os seus militantes a dizer?



Assembleia Municipal de Caminha

Pois, provavelmente a pedir a demissão do Presidente.

Reflita sobre esse assunto, Sr. Presidente.

Disse.”

A Senhora Tesoureira da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Ana Patricia Verde Moreira, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e deu início à sua intervenção;

“No início desta minha intervenção gostaria de deixar uma palavra de agradecimento ao Sr. Vereador Dr. Rui Lages, por ter tomado em consideração as nossas solicitações, no âmbito de limpezas e remendagem de algumas vias.

Sr. Presidente da Câmara Dr. Miguel Alves, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora encontra-se num impasse referente ao cumprimento por parte da Câmara do protocolo de transferências de capital assinado por ambas as partes.

A Câmara Municipal deve à nossa Junta de Freguesia 12.782,96€ (doze mil, setecentos e oitenta e dois Euros e noventa e seis cêntimos) referente a obras executadas no final de 2017 e 11.798,94€ (onze mil, setecentos e noventa e oito Euros e noventa e quatro cêntimos) de faturação entregue no início do ano 2018, totalizando o valor de 24.581,90€ (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e um Euros e noventa cêntimos).

Sr. Presidente, como deve compreender, essas verbas não são da Junta de Freguesia, mas sim do empreiteiro que executou os trabalhos. O mesmo empreiteiro que está com tremendas dificuldades financeiras, devido a várias obras que executou também para outras entidades e que não foram liquidadas. Um responsável da empresa já me procurou várias vezes para tentar receber alguma parte da dívida, mas sem sucesso, porque a Junta de Freguesia como até à data não recebeu da Câmara também não tem condições para fazer esses pagamentos.



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' and a flourish below it.

Assembleia Municipal de Caminha

Sr. Presidente, fomos alertados por esse responsável que a sua empresa não tem financiamento para executar novas obras para a nossa Junta sem que as anteriores sejam pagas.

A pergunta que faço a vossa excelência, é que nos esclareça como devemos proceder nesta situação, visto estar referenciado no protocolo que as transferências para a Junta de Freguesia serão precedidas da apresentação dos respetivos documentos de despesa.

Assim sendo, se não pagamos as obras em débito, os empreiteiros não executam novas obras. Se elas não forem executadas não podemos apresentar as faturas. Por sua vez a Câmara não nos vai pagar o acordado no protocolo.

A nossa preocupação Sr. Presidente, é termos conhecimento que a Câmara não tem dinheiro sequer para comprar uma oferta para dar algum convidado.

Gostaríamos que o Sr. Presidente, perante esta Assembleia, nos desse a sua palavra que liquidava estas verbas e que poderíamos avançar com novas obras, sendo garantidas as transferências dos apoios relativos às mesmas.

Outra questão que gostaria de colocar ao executivo prende-se com as inúmeras reclamações que diariamente nos tem chegado por parte dos habitantes da nossa freguesia, em relação às obras que estão a ser realizadas pela EDP Distribuição Gás.

Temos reclamações de algumas obras estarem há meses paradas com valas abertas, travessias na via sem segurança, reposições dos pisos muito mau executados e com várias cedências.

Já foram várias as vezes que alertamos as empresas responsáveis por esses trabalhos sobre estes problemas, mas como a Junta de Freguesia não foi tomada em conta sobre esta passagem do Gás Natural na sua freguesia, parece que as nossas reclamações são levadas pelo vento.

Queiram vossas excelências resolver com a entidade responsável estas situações.

Muito obrigada. “



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado João Filipe Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que hoje aquilo que o leva ali é um pequeno anseio de um pescador da Rua que lhe manifestou a preocupação quanto ao processo de dragagem do canal na sua vertente norte, não terá sido devidamente concluída, e dessa forma manifestou a sua preocupação quanto ao assoreamento do canal e as consequências que daí advirão, pelo que, solicita que este cidadão fosse esclarecido e quais as medidas que irão ser tomadas nesse sentido.

Disse ainda o Senhor Deputado que tem assistido a um estado latente de uma inoperância dos serviços administrativos deste município, aquilo que o preocupa profundamente, porque, existe uma mora infinita na resposta e nas prestações de informação, nos processos de obra e as consequências são nefastas o que também leva a uma perda de receita, que posteriormente também terão consequências nas contas, e como exemplo refere o Senhor Deputado que conhece uma cidadã estrangeira que pretende edificar aqui em Caminha, e o arquiteto que ela contratou é de fora do Concelho e já chegou ao ponto de lhe propor para ela tentar arranjar um outro terreno fora do Concelho, o que é bastante preocupante, pois trata-se de um entrave ao desenvolvimento do Concelho e urge no seu entendimento agir com força musculada como refere o nosso Presidente no sentido do serviço administrativo agir convenientemente, não se pode aguardar meses ou anos por qualquer licenciamento, que as informações que os utentes pedem demoram meses, precisasse de andar de braços dados com a comunidade, com os investidores, para que este município possa desenvolver e não entrar neste marasmo que está implantado que castrará o futuro e as contas do município por perda de receita.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Almeida**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Sendo esta a minha primeira intervenção na Assembleia Municipal, permitam-me dizer que é com muito gosto e muita responsabilidade que marco presença naquela que é uma das casas da democracia do concelho de Caminha.

Queria em primeiro lugar cumprimentar o Presidente da Assembleia Municipal, Eng. Luis Mourão que saúdo com muita amizade.

Da mesma forma cumprimentar a mesa da Assembleia Municipal, cumprimentar o Exmo. Presidente da Câmara e todos os vereadores, cumprimentar também todos os meus colegas deputados da AM, a comunicação social, todos os presentes nesta sala e também aqueles que nos acompanham nas suas casas através da emissão online.

Senhor Presidente, bem sei que a Câmara de Caminha atravessa uma situação que não é muito sorridente no que respeita às suas finanças.

É o que acontece quando se tem de fazer a gestão atual de uma câmara e ainda ter de pagar dívidas passadas. E hoje - certamente- ainda se falará muito acerca desse tema.... Tenho a certeza que estes assuntos lhe andam a tirar o sono dada a sua gravidade.

Mas sabe senhor presidente, também há coisas ótimas a acontecer neste Concelho.

Hoje mesmo, foi notícia que o nosso município foi galardoado com 5 bandeiras azul. Este ano temos mais uma bandeira azul: a Praia fluvial das Azenhas de Vilar de Mauros foi distinguida com este galardão, símbolo de qualidade por todos reconhecido. É, aliás, a primeira praia fluvial do concelho de Caminha a ter a bandeira azul. Este é um resultado histórico!

Como é sabido, já em 2016 a Praia das Azenhas em Vilar de Mauros, tinha sido oficialmente sinalizada pela Agência Portuguesa do Ambiente. Era apenas uma praia oficial, mas ainda sem o galardão. Tal aconteceu em consequência do investimento em infraestruturas de apoio à praia, das casas de banho e também do nadador-salvador.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas a bandeira azul sempre foi uma aspiração antiga do Concelho de Caminha e particularmente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros.

E, finalmente, este trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo do tempo pelo município e pela freguesia, deu os seus frutos. Este reconhecimento mais não é do que o resultado do investimento que foi feito nesta praia.

Temos por isso uma praia com todas as condições para acolher aqueles que nos visitam durante o Verão, passando a ser uma opção ainda mais válida em dias de nortada.

E vem dar ainda mais dignidade ao nosso mítico festival Vilar de Mouros, garantindo a todos os festivaleiros condições de segurança e de salubridade para desfrutarem das águas do Rio Coura.

Temos, por isso, este ano reconhecidas com a bandeira azul UMA Praia fluvial: a das Azenhas de Vilar de Mouros e ainda quatro Praias marítimas: Já repetentes. a do Forte do Cão em Âncora; a de Vila praia de Âncora, a de Moledo e a da Foz do Rio Minho. Mais uma vez, Vila Praia de Âncora volta a ver assegurada a qualidade das suas águas, o que muito orgulha todos os caminhenses.

Creio que todos temos de estar muito orgulhosos com esta notícia. E senhor presidente, tem aqui um bom motivo para hoje se deitar com o sentimento de dever cumprido.”

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Num momento de grandes dificuldades para o Concelho de Caminha, é com enorme lamento que, todos nós recebemos mais uma lamentável notícia para o nosso Concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha pela primeira vez é o pior município do distrito de Viana do Castelo no índice de Transparência Municipal, em menos de meia dúzia de anos, a vossa gestão conseguiu a lamentável proeza de fazer descer o nosso concelho do segundo lugar deste ranking para o último lugar do mesmo.

O índice de Transparência Municipal, promovido pela Transparência e Integridade, Associação Cívica, mede o grau de transparência das Câmaras municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos seus web sites. O ITM é composto por 76 indicadores agrupados em sete dimensões:

- informação sobre a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município;

Planos e Relatórios;

- impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos;
- Relação com a Sociedade;
- Contratação Pública;
- Transparência Económico-Financeira;
- Transparência na área do Urbanismo.

Ao longo dos últimos anos dos executivos liderados pelo Dr. Miguei Alves, tanto os vereadores como os deputados municipais eleitos pelo PSD têm alertado para os sucessivos problemas no que respeita à falta de clareza e transparência dos conteúdos apresentados na página online do município de Caminha.

Essa situação é de uma flagrante falta de respeito perante todos os munícipes, e esses alertas foram sucessivamente desvalorizados pelo edil Caminhense ao longo dos últimos 5 anos, e essa tomada de posição originou aquilo que nestes dias todos nós tomamos conhecimento, Caminha é o pior concelho do distrito de Viana do Castelo.

Fazendo um apanhado dos dados recolhidos pela Transparência e Integridade, Associação Cívica ao longo dos anos, é fácil perceber que foram os anos de liderança do Dr. Miguel Alves que arrastaram este nosso concelho para os



Assembleia Municipal de Caminha

últimos lugares deste índice, tanto a nível distrital como nacional, senão vejamos:

- Em 2013, ainda durante a gestão do Partido Social Democrata, Caminha ocupava o 42º lugar nacional e era o 2.º melhor município do distrito;
- Em 2014, no ano após a primeira vitória eleitoral de Miguel Alves e do Partido Socialista, Caminha passou a ocupar o lugar 160 a nível nacional e o 7.º lugar no distrito;
- Em 2015, no segundo ano do primeiro mandato de Miguel Alves, Caminha voltou a cair no ranking passando a ocupar o lugar 202 a nível nacional e o 8.º lugar no distrito;
- Em 2016, Caminha voltou a sofrer mais um tombo passando a ocupar o lugar 243 a nível nacional e o 9.º lugar no distrito.
- Em 2017, Caminha apesar de uma ténue recuperação no ranking nacional, uma subida de 8 posições para o lugar 235, passou a ocupar a última e derradeira posição do distrito;

Após a análise destes dados é fácil concluir que os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, todos eles sob a liderança do Dr. Miguel Alves, foram anos onde o concelho de Caminha regrediu na qualidade e transparência da informação disponibilizada na sua página oficial, numa total falta de respeito perante o principal ativo de qualquer localidade, município ou país, os seus concidadãos. Disse.”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“A transferência de competências da administração central para a administração local é um assunto de elevada importância para os municípios em geral e para o de Caminha em particular e deve ser entendida como uma verdadeira Reforma do Estado que evidencia a coragem do governo do Partido



Assembleia Municipal de Caminha

Socialista em avançar com medidas tão importantes como as que estão a ser preparadas.

Saudamos naturalmente a abertura da nova direção política do PSD, a nível nacional, pelo seu sentido de responsabilidade na medida em que, sobre esta matéria, fez um acordo de regime com o Partido Socialista o que significa que, a direção política do PSD, de hoje, ao contrário do PSD do passado, faz parte da solução, em vez de fazer parte do problema.

Espero que em Caminha o PSD saiba interpretar este bom exemplo do PSD nacional, de pactos e acordos entre os dois maiores partidos a nível nacional, em áreas determinantes para o território e em matérias de benefício para a população do vale do Âncora e do Vale do Coura.

A transferência de competências da administração central para a administração local, vai conferir poderes acrescidos aos órgãos autárquicos, mas importa que se tenha presente que havendo mais competências a transitar para as autarquias haja também um correspondente envelope financeiro adequado às necessidades do território, e que se aprofunde o diálogo entre as autarquias e o governo para a definir a justa medida do envelope financeiro.

Sabemos que o município de Caminha pode ser considerado um bom exemplo em matéria de descentralização de poderes do estado para o poder local, designadamente na área da Educação.

Sabemos que nos casos em que foram transferidas competências da administração central para a administração local, as pessoas foram beneficiadas, o serviço prestado passou a ser melhor, mais rápido e mais próximo dos munícipes, melhorando uma série de serviços importantes no dia-a-dia das pessoas.

A descentralização que agora se pretende executar beneficiará as pessoas e valorizará o território.

Sabe-se que cada euro gasto a nível local tem mais impacto do que um euro gasto decidido em Lisboa. As autarquias são quem melhor conhece o território,



Assembleia Municipal de Caminha

as suas populações e as suas necessidades, assim como todos os atores económicos e sociais.

É com base nestas premissas, reservando para a administração central o que é nacional e entregando às autarquias o que é local que esta reforma deve ser implementada o que significa que, ministério a ministério, se proceda a um levantamento de tudo aquilo que, de imediato, com vantagem para as pessoas, deva ser tratado localmente.

É o caso dos apoios sociais que vão sendo dados, pontualmente, aos municípios mais carenciados que a crise trouxe para o seio das autarquias porque são as que melhor respondem a estas situações.

É o caso do licenciamento de atividades nas zonas marítimas ou ribeirinhas e a manutenção dessas áreas.

É o caso da gestão e conservação das estradas nacionais que atravessam aglomerados urbanos, a fiscalização e aplicação de coimas leves por estacionamento, a captação de investimento, a gestão das Lojas e Espaços de Cidadão.

É o caso da gestão do parque de habitação social e a utilização do património do Estado que se encontra devoluto, entre outras.

Detendo-me, agora, um pouco mais na matéria ligada à descentralização na esfera da educação e formação gostaria de dizer que está em curso um vasto quadro de descentralização para as autarquias locais e entidades intermunicipais nesta matéria.

Trata-se de descentralização em matéria de planeamento, investimento e gestão tendo em vista a melhoria da qualidade dos projetos educativos e formativos, o respeito pela igualdade de oportunidades e o combate ao abandono e ao insucesso escolar.

Sabemos que a responsabilidade das autarquias vai ser acrescida em matéria de equidade territorial, de planeamento das ofertas educativas e formativas no quadro da correção das desigualdades e das assimetrias locais e regionais.



Assembleia Municipal de Caminha

Sabemos que se prevê o incremento de responsabilidades no que se refere ao investimento em construção, requalificação e modernização de edifícios escolares do ensino básico e secundário e que as autarquias locais terão, no futuro, um papel relevante no que se refere à execução dos projetos constantes da carta educativa.

O mesmo se pode dizer em matéria de apetrechamento, das pequenas reparações e da aquisição de material didático, equipamentos desportivos e laboratoriais, dentre outros, que passarão a ser da responsabilidade das autarquias.

Refiro as medidas relacionadas com a ação social escolar, os transportes escolares, a escola a tempo inteiro e alojamento, nos casos em que os alunos dele necessitem, são todas estas áreas de atuação das autarquias a que acresce a gestão do pessoal e utilização dos edifícios escolares, fora do período das atividades escolares.

Em termos de financiamento estão a ser desenhadas várias medidas e espera-se que os departamentos governamentais competentes, em articulação com as CCDRs, afetem as verbas necessárias pois, como antes referi, devem ser muito bem estimados os custos e acauteladas as justas transferências para as autarquias.

Acreditamos que, sendo a educação uma prioridade deste governo e uma área onde se vão operar várias medidas de descentralização de poderes nas autarquias locais, temos a vantagem do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues ser um alto-minhoto, um deputado eleito por este distrito, com fortes ligações a Caminha e um conhecedor da realidade local, nestas matérias, não haverá falhas.

Temos a certeza de que, o nosso presidente da Câmara, através do diálogo e da concertação de interesses com o Ministro da Educação e com os outros ministros no que concerne a outras áreas em que se operem transferências de competências, saberá defender os interesses do Município de Caminha e das suas gentes.



Assembleia Municipal de Caminha

Concluindo direi que a bancada do Partido Socialista não duvida das virtualidades da descentralização de competências, confia na capacidade da Câmara e do seu Presidente para gerir da melhor forma este processo, como confia no espírito reformista do governo que já deu provas de estar connosco. Muito obrigado.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“As comemorações dos 140 Anos do Comboio no Concelho de Caminha animaram os dias 20 e 21 de abril últimos, e deixaram ainda uma exposição que prolonga a referência artística que associa o concelho de Caminha à arte e ao desenvolvimento trazido pelo comboio. Esta foi uma iniciativa que provou a capacidade do município, das suas gentes e das suas instituições, que, juntas, dão nota da nossa capacidade, da nossa identidade e da nossa história. Com o comboio fomos transportados para a arte, lembrando Gilberto Renda, permitindo um outro olhar sobre a Estação de Caminha, abrindo-a à comunidade para um momento único cultural muito especial, reconhecido por todos – o concerto de música. O ciclo de conferências que se seguiu trouxe à ordem do dia outras realidades que importa aqui referir. A primeira prende-se com a famosa passagem na Travessa do Teatro, que já tem data prevista para início de obra – o 2º trimestre de 2019. A segunda prende-se com a nossa famosa ponte Eiffel que durante anos esteve no igualmente famoso Paredão, em Âncora e sobre o Âncora. Substituída por outra, esta ponte não perdeu o valor de referência, sendo importante a sua recuperação e devolução ao espaço territorial do concelho de Caminha, não se entendendo da razão que ditou a sua venda para território municipal vizinho, ao que consta para fins rodoviários não usados.

Esta matéria de posse em território municipal e gestão dos bens municipais levam-nos a lembrar o Comodato aqui assumido em fevereiro de 2016, celebrado entre o Município de Caminha e o Centro Paroquial e Social de



Assembleia Municipal de Caminha

Santa Maria de Riba de Âncora. Na altura a CDU, nada obstando quanto à criação de estruturas de apoio social, lembrou faltas que justificariam o adiamento da decisão, sobretudo porque não tinha sido enviado à Assembleia o parecer da Rede Social, não havia sido partilhado com esta Assembleia qualquer contacto tido com a Segurança Social, não havia sido entregue qualquer parecer da Segurança Social face ao alargamento do apoio a um maior número de vagas, não tinha sido apresentada razão justificativa pela consideração dos 50 anos de comodato e não outra duração, e não se havia justificado a esta Assembleia a decisão de entrega do edifício em regime de comodato, que do elenco dos pedidos feitos pelo Centro Paroquial surgia apenas como alternativa face a outros pedidos. Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, compreendendo as razões da CDU, invocou a urgência na decisão já que dela dependia uma imediata candidatura, completando que “10 ou 20 anos não seria tempo suficiente para ir buscar o retorno do investimento que o Centro Paroquial” faria. Convencidos desta argumentação, esta Assembleia aprovou o dito comodato. Ora, volvidos dois anos importa informar esta assembleia que nenhuma candidatura foi afinal feita, provando que a decisão poderia ter sido amadurecida. Passados dois anos, vem o Centro Paroquial, novamente com carácter de urgência, pedir 200.000 € aos Baldios de Riba de Âncora para fazer as obras no edifício, ao que se somarão 121.014,50 € de financiamento no âmbito do Portugal 2020 e 50.000€ apoiados pela Câmara Municipal de Caminha, Junta de Freguesia de Riba de Âncora e população de Riba de Âncora, segundo informação do próprio Centro. Ora, não sendo competência da Câmara a forma como o Centro irá financiar-se, a verdade é que nas premissas do comodato estava a capacidade do Centro para realizar as ditas obras, provando-se agora que não a tem. Esta questão deve servir de reflexão para que em decisões futuras a urgência, que estimula as emoções, não ultrapasse o tempo necessário à razão.

Razão é também o que nos faz levantar dúvidas quanto à cobertura do Mercado Municipal de Caminha, no que ao amianto diz respeito. Sendo uma



Assembleia Municipal de Caminha

obrigação da Câmara identificar e avaliar do seu estado, particularmente tendo em conta o contato com as pessoas, e proceder à sua monitorização, cumprenos questionar o executivo sobre esta matéria, em especial se há informação transmitida a todas as pessoas que lá trabalham ou se há trabalhos previstos. Todos sabemos da intenção municipal, mas se esta tardar 20 anos, que se esperará da cobertura?

Finalmente terminamos com as obras do Cais da Rua e a Operação de Dragagem em Caminha. Esta última, dada como terminada, é exemplo, pelos indicadores que recolhemos, de má execução. O canal foi deslocado a Norte e não se uniram os dois canais, sendo ainda uma evidência clara que a dragagem junto ao cais merecia um melhor acabamento. Quanto ao Cais da Rua, é reconhecido por todos que esta obra assume grande importância e relevância para a comunidade, em geral, e para os pescadores, em particular. E por isso mesmo, com obras praticamente acabadas e em fase de preparação para a sua inauguração, é importante dar a conhecer à Assembleia que esta obra surge da dificuldade sentida pelos pescadores, especialmente na baixa-mar. Ora, um olhar atento mostra claramente que o fim a que se destinava não será conseguido, se não forem tomadas medidas urgentes, pelas seguintes razões:

1. A rampa construída para Oeste apresenta uma inclinação demasiado acentuada, impossibilitando a subida de embarcações;
2. A inclinação impede igualmente a utilização de reboque de embarcação pelo desnível entre a rampa e o plano da marginal;
3. O piso desta rampa que se previa anti derrapante não apresenta essas características;
4. Na baixa-mar é totalmente impossível o acesso de qualquer barco às rampas, já que apresentam um degrau intransponível às embarcações;
5. O poste colocado no meio da área de depósito de redes impede o acesso de viaturas para cargas e descargas e, mais grave, o acesso de viaturas de socorro;



Assembleia Municipal de Caminha

6. É implementada uma solução antiga para a defesa dos barcos, os barrotes de madeira, quando hoje há soluções melhores para proteger as embarcações. Por estas razões é questionado o executivo sobre o acompanhamento que fez da obra, quantos pescadores foram ouvidos durante a execução dos trabalhos e quantas sugestões dos pescadores foram atendidas.

A CDU está empenhada e comprometida com as melhores soluções, querendo que, sendo esta obra importante, mereça a atenção e o cuidado redobrado para que a mesma cumpra integralmente com o objetivo.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse que vai ali salientar cada uma das intervenções embora, não se possa debruçar em pormenor sobre cada um dos temas porque são bastantes temáticos.

Disse quanto à matéria de relatório de contas que não se pronunciará, porque existe um ponto na ordem de trabalhos para debater esse tema.

Relativamente, à engenheira Patrícia Moreira e à Junta de Freguesia disse o Senhor Presidente quanto às reclamações da EDP/Gás, aquilo que ele percebeu é que a Junta de Freguesia reclamou à EDP/Gás e não terão sido atendidos ou ouvidos, ou pelo menos, não terá acontecido nada mediante essas reclamações. Porém, o executivo tomou conta disso, e existe um conjunto de freguesias que tem transmitido factos semelhantes; da parte da Câmara Municipal já alertaram diversas situações, ele próprio, no contexto de uma situação em concreto também o fez, porém, terão que continuar a insistir nessas matérias. O executivo não tem uma direção fechada sobre cada uma das questões, tem chegado algumas reclamações de pessoas que se queixam que colocam umas passagens junto às casas de ferro e em outras não, e dirigem-se à Câmara Municipal como se a Câmara tivesse escolhido essa



Assembleia Municipal de Caminha

situação, não é assim, porém, terá que se encontrar ali um mecanismo, referindo que já estiveram melhor, já estiveram pior, mas, julga que existe algum desfasamento entre as empresas que fazem a obra, contratadas pela EDP/Gás, contudo, compromete-se a criar um mecanismo de modo a que a empresa também perceba que não é uma Junta nem uma Câmara Municipal, que existe um conjunto de situações, que tem a ver com o próprio empreiteiro que está no terreno, porém, vai alertar para tentar encontrar as melhores soluções, porque é bom ter o gás no nosso território, porque beneficia as populações, e não se pode transformar um projeto bom e um projeto valioso para o nosso Concelho em algo que é menos positivo, embora se saiba que a parte das obras é sempre complicada e nunca agrada ninguém.

Relativamente às questões financeiras, disse o Senhor Presidente com toda a clareza que os protocolos serão cumpridos, como têm sido cumpridos. Mas, se me lhe disserem que as Juntas de Freguesia, recebem exatamente quando querem receber, ou, quando todos entendem que querem receber, isso não tem acontecido. E não tem acontecido pelas dificuldades que todos sabem, que é público, que a Câmara tem.

Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara tem de fazer alguns pagamentos antes de proceder aos pagamentos às Juntas de Freguesia, porque tem os pagamentos aos seus trabalhadores, os pagamentos dos empréstimos que estão contraídos, e os acordos de pagamentos, ou seja, existem um conjunto de matérias que tem de ser pagas no momento, porque, se não o fizer fica numa situação complicada, por exemplo as obras que são cofinanciadas essas tem que ser pagas porque é obrigatório que se faça, e logo a seguir vem um conjunto de associações, instituições e Juntas de Freguesia que tem essa prioridade, e nem sempre se chega a estes últimos como a velocidade que se pretende. Disse ainda o Senhor Presidente que para que não haja aqui nenhuma névoa sobre este assunto, referiu que a Câmara Municipal tem feito um esforço para poder acorrer áquilo que são as necessidades da Junta de Freguesia. O Executivo em 2017 a cada uma das



Assembleia Municipal de Caminha

Juntas de Freguesia ou a melhor a todas as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal transferiu 647 mil 750 euros e 24 cêntimos, e foi um esforço importante que fez o executivo. Este ano já transferiu, globalmente, 287 mil euros às Juntas de Freguesia. Em Vila Praia de Âncora, no ano passado, conseguiu-se transferir 79 mil 110 euros 79 cêntimos, e ao longo dos últimos 4 anos, isso nunca tinha acontecido, porém, imagina que a Junta precise de mais, mas, Patrícia isso nunca tinha acontecido, em 4 anos, a Câmara Municipal em termos diretos transferiu 250 mil euros para a Junta de Freguesia, contudo, preferia transferir 300, ou 350 ou 400, mas não o conseguimos, este foi um esforço enorme que se fez.

Disse também o Senhor Presidente que no início deste ano já adiantaram as transferências correntes no valor de 37 mil euros para a conta da Junta de Freguesia, contudo, compreende que existam fornecedores e empreiteiros e estão ali a ajudar, e Vila Praia de Âncora não ficará sem o apoio da Câmara, os acordos serão cumpridos para cada uma das Juntas, e a intervenção direta da Câmara continuará, e juntos irão trabalhar em prol de Vila Praia de Âncora.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado João Filipe Lages, deixará a questão da dragagem para o final, porque o Senhor Deputado Celestino Ribeiro também a colocou, todavia, quanto à questão dos serviços administrativos, disse o Senhor Presidente que pela leitura que fez e percebeu, era mais incisiva nas obras particulares, porque, lhe pareceu mais direcionado nesse sentido, porém, seria direcionada a todos os serviços, e quanto a isso o executivo tem feito um trabalho de modo a agilizar e a tornar mais clara toda essa situação. Por exemplo, no departamento jurídico tem-se técnicos de grande qualidade e tem-se apostado em que essas técnicas possam fazer bem o seu trabalho, correspondendo e respondendo aos serviços de modo a que todo o resto da panóplia de serviços possa avançar. No conjunto de obras nós temos uma dedicação forte de cada um dos nossos trabalhadores para resolver os problemas, mas muitas das vezes não tem a capacidade, nós não temos a capacidade de lhes dar determinada matéria prima para poderem resolver



Assembleia Municipal de Caminha

essas matérias de forma mais coerente. Quanto aos outros serviços também se tem feito esse trabalho, relativamente às obras como todos sabem e não se esconde uma situação que terá que se resolver da melhor forma, porque desde o ano passado esteve praticamente durante meio ano, suspensa a decisão sobre obras, porque, procedeu-se à digitalização do ponto de procedimentos e de processos de modo a que depois haja uma capacidade de resposta mais clara. Mas, este ano já se tem 26 alvarás de utilização emitidos e 32 licenças de construção, em termos de comparação já existe algum movimento, contudo, está-se a tentar resolver os problemas mais depressa, mas, refere o Senhor Presidente que a capacidade de trabalho não é só desses trabalhadores em conjunto, no seio da Câmara Municipal de Caminha, mas, também fora dela. Porque muitas vezes chegam à Câmara Municipal alguns processos que são colocados por alguns técnicos, que são, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista administrativo de uma inépcia total por parte de quem os coloca, o que vai colocar grandes dificuldades na gestão do próprio processo para quem está na Câmara Municipal, logo, aquilo que se está a fazer é melhorar as coisas, foram colocadas novas Chefias de Divisão, o que acabou por colocar mais dificuldades ao serviço, porque teve que haver uma reorganização nos serviços, mas, é necessário continuar a melhorar.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cunha, disse o Senhor Presidente que o índice de transparência municipal que ele ali refere, apenas diz respeito ao facto, e só à informação que consta do site oficial da Câmara Municipal. Porque, o site da Camara é um site que não é bom, aliás, é um site que é mal e o executivo sabe, porque ele é exatamente igual àquele que o PSD deixou. E este executivo ainda não fez nenhuma alteração no site, e isso é um erro, e fez com que houvesse essa evolução nesse índice desta nova tabela, e por isso os outros municípios foram evoluindo o seu site, logo estão à frente do Município de Caminha. Mas também disse o Senhor Presidente que o site não é melhor porque o executivo ainda não entendeu colocar o novo site que está quase concluído, e desse modo, para o ano irão falar desse índice de



Assembleia Municipal de Caminha

transparência. Disse ainda que o executivo entendeu que havia necessidade de investir em outras áreas, e menos aí, apesar de quererem investir. Contudo, o executivo fica espantado com esta intervenção, porque ao longo de 4 anos ouviram o PSD dizer que a Câmara só pensa em imagem, em comunicação, que gasta milhares de euros em toda essa matéria, mas, agora os Senhores Deputados do PSD estão preocupados com imagem, com comunicação e com essas matérias. Refere o Senhor Presidente que o executivo teve como prioridade investir nos trabalhadores, em obra, em Juntas de Freguesia, e só agora é que estão a dar essa prioridade ao site, aliás o Senhor Presidente disse que não gosto de ver o site, que nem sequer o segue, e por isso mesmo sabendo que o site é exatamente o mesmo que vossas excelências tinham, está-se no lugar em que nos compete estar em termos de qualidade e informação.

Relativamente às perguntas que a Senhora Deputada Paula Almeida, disse o Senhor Presidente que lhe agradece as reflexões que ali deixou, porque ele durante a semana está a trabalhar na Câmara Municipal e tem a felicidade de puder ir criando com cada uma das Freguesias e com a população uma boa energia, contudo, recebe as notificações quanto aos números de turismo, que são de um crescimento extraordinário a cada ano que passa com a menção de que nos últimos 4 anos os proveitos para a hotelaria são acima de 100%. Recebeu ainda há pouco os números do primeiro trimestre, do numero de desemprego deste ano e são correspondentes ao ano de 2018, são 25% mais baixos do que os do primeiro trimestre do ano de 2017, e já são 11% mais baixos que os números do desemprego dos finais de dezembro de 2017. Também disse que já tem novas bandas para o Festival de Vilar de Mouros, que o recuperaram, depois do PSD o ter arrasado naquela freguesia. Também disse o Senhor Presidente que ainda esta semana tiveram a aprovação de mais de 500 mil euros para se fazer a ecovia junto da Marginal de Caminha; que ainda ontem arrancou a obra da Ponte sobre o rio Âncora, em Vila Praia de Âncora, e pergunta o Senhor Presidente, em que mundo vive a oposição?



Assembleia Municipal de Caminha

provavelmente vivemos separados uns dos outros. Agradece mais uma vez a intervenção à Senhora Deputada por ter levado ali mais um momento histórico. Também, dá os parabéns à Junta de Freguesia de Vilar e Mouros, porque em conjunto tiveram uma grande vitória ao se ter conseguido a Bandeira Azul, por isso, porque mais uma vez fez-se justiça, com este trabalho em conjunto conseguiu-se mais para uma freguesia, com o regresso do Festival, com a obra que está em curso de saneamento, com os novos projetos de hotelaria que nasceram nos últimos dois ou três anos em Vilar de Mouros, a aposta numa praia fluvial porque era preciso ter uma bandeira, então fez-se um trabalho e conseguiu-se. Porque aquilo que mais agrada o Senhor Presidente é que quando chegaram à Câmara Municipal havia 3 praias com bandeira azul, hoje há 5 praias com bandeira azul, havia uma praia da qual já se tinha desistido que era Vila Praia de Âncora, pois este executivo conseguiu recuperar a bandeira azul para Vila Praia de Âncora, durante todo o tempo se disse “isto é um ano, depois deixa de ser”, já vai no quarto ano seguido com bandeira azul. E agora ganhou-se Vilar de Mouros, logo, Senhor Vice-Presidente tem-se um novo desafio que é encontrar mais uma praia para se erguer mais uma bandeira azul, é mais difícil, mas não é impossível. Portanto, vamos com calma, não anuncie as coisas antes do tempo.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Hugo Martins sobre descentralização, disse o Senhor Presidente que não dirá muito, é um desafio para o Concelho de Caminha, é um desafio para o País, é uma mudança importante e espera que todos possam estar à altura desse novo desafio, que vai trazer problemas ao Concelho de Caminha, mas, também julga que vai trazer mais soluções a curto prazo do que aquelas que já se tem.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que subscreve a sua intervenção sobre os 140 anos do “comboio” sobre aquilo que aconteceu, sobre a mobilização que a comunidade, que os políticos tiveram em torno desse projeto, e gostava de ter visto mais pessoas lá, mas, cada um tem a sua vida, porém foi uma pena, porque as



Assembleia Municipal de Caminha

casas estiveram sempre cheias, por isso é que gostava de ver pessoas com outras responsabilidades, nomeadamente, políticas, mais presentes e não estiveram, contudo, houve momentos de grande nível, por isso, também sublinha o trabalho de todos em particular o trabalho do Agrupamento Escolas, a Academia de Música Fernandes Fão, e sem ser injusto para todos os outros os trabalhadores da Câmara Municipal de Caminha que fizeram um trabalho extraordinário no Museu Municipal. Chegaram a estar lá dada altura, cerca de 30 trabalhadores a montar a exposição e a montar a nova sala, que trouxe algo de novo aqui para o Concelho.

Relativamente à Travessa do Teatro, disse o Senhor Presidente que ele padece daquele problema dos políticos, e compreende que assim seja, mas, julga que se deve fazer um esforço e ser mais credíveis. Porque, de facto tem-se vindo a dizer que essa obra está garantida, mas quando o técnico aqui esteve a dizer que estava garantida uma data as pessoas ficaram todas muito surpresas, mas ainda bem que agora se compreendeu, que esta obra está inserida na linha do Minho, esta é uma obra complexa do ponto de vista da engenharia porque normalmente as obras em túnel fazem-se em rolha, faz-se o desenho e empurra-se a terra para o outro lado, mas aquela configuração da Travessa do Teatro, é complexa é difícil, obriga a fazer uma obra de escavação, tem de sustentar a própria linha, portanto é uma obra que vai demorar tempo, e por isso até começará bastante antes, mas, vai é demorar muito tempo e só nessa altura é que estará concluída, porém, o importante é que a obra possa estar concluída nessa altura.

Quanto à Ponte Eiffel, disse o Senhor Presidente que esse é um tema, que o Senhor Presidente da Junta de Âncora, vem mencionando desde a primeira campanha eleitoral que fizeram juntos, e é um tema recorrente. Porém, foi um erro essa venda, empurrar a Ponte Eiffel, ela está na Póvoa de Lanhoso, já falou com o anterior Presidente de Câmara sobre essa matéria, contudo, não tinha havido muito desenlace sobre isso, contudo, também já falou com o atual Presidente da Câmara. Sabe que a ponte está abandonada, neste momento já



Assembleia Municipal de Caminha

não interessa, está a tentar encontrar uma solução que passa por colocar a ponte aqui, terá que ver em conjunto com a Junta arranjar uma solução para essa ponte, ver-se o estado em que ela se encontra, apenas se sabe que neste momento está abandonada, logo, terá que se ver, se se pode recuperar, apesar de achar que era importante recupera-la.

Quanto ao contrato comodato de Riba de Âncora, disse o Senhor Presidente que compreende aquilo que diz, contudo julga que não existe risco associado a essa matéria, ou seja, na altura o executivo tinha que decidir porque havia de uma expectativa de um novo concurso para se avançar com um novo equipamento social em Riba de Âncora. E nessa altura entendeu-se que o Município não podia ser um entrave, se havia a expectativa se havia o momento, não devia ser o entrave. Contudo, não apareceu nenhuma linha de financiamento, e ela agora está aí, para as diversas instituições, contudo, não sabe se o centro social e paroquial, se vai ter o acolhimento a sua pretensão, julga, que do ponto de vista do financiamento comunitário que seja muito difícil, que tenha a totalidade do acolhimento daqueles que são os valores falados. E os valores que mencionou, que julga que fazem parte dos comunicados da instituição são valores globais para o Concelho de Caminha, portanto, sabendo que existe interesse demais do que uma IPSS, julga que a situação possa ser mais complicada. Mas existe algo importante é que até agora o espaço tem sido bem utilizado, e está à espera de ter esse investimento, ou seja, a Câmara, a Assembleia, não está a inviabilizar essa candidatura, estaria a inviabilizar se não houvesse essa matéria. E se essa candidatura não acontecer, se a população de Riba de Âncora entender não apoiar a candidatura, se não se encontrar financiamento a escola reverterá a favor do Município, portanto, compreendendo aquilo que diz, mas, julga que estejam salvaguardadas as questões essenciais desta matéria, e vamos ter confiança de que se possa resolver essa situação da melhor maneira.

Quanto ao Cais da Rua, disse o Senhor Presidente que saúda o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro porque levou ali fotografias que seriam



Assembleia Municipal de Caminha

impossíveis há um ano atrás. Se há um ano atrás tirasse aquelas fotografias, via-se um cais com 40 anos, completamente degradado incapaz de servir os pescadores naquilo que é essencial e hoje existe uma obra. E essa não é uma obra qualquer, é uma obra que nasceu da vontade dos pescadores, o projeto foi desenhado entre os pescadores, a capitania, a Câmara, a Polis e a Junta, conseguiu-se criar ali uma dinâmica na obra, que fez com que os representantes dos pescadores, e como é natural não estavam os pescadores todos nas reuniões de obra nem se conseguia acautelar que essa comunicação saia fluida exatamente da mesma maneira para todos. Mas têm estado nas reuniões de obra, as reuniões de obra acontecem muitas vezes quase de 15 em 15 dias, de semana a semana, aliás existe aquela proximidade geográfica, sabe-se que o movimento dos pescadores acaba por passar por ali. Logo, nas questões essenciais, aquilo que se está a tratar é de um investimento direto, para consolidar o cais em 900 mil euros e de uma dragagem de meio milhão de euros que foi feita. A dragagem para ser feita, teve que obedecer a certos tipos de critérios, nomeadamente critérios que estiveram de acordo com os pareceres do ICNF, e com os critérios que do orçamento disponível para essa dragagem. Mesmo assim acautelaram-se várias mudanças de acordo com aquilo que foi pedido dos pescadores, e um deles foi por exemplo, foi fazer a intervenção a Norte do Cais, que não era uma dragagem ponderada, pensada naquela matéria, mas, fez-se até ao limite que se tinha e esse limite era orçamental. Se a obra está neste momento perfeita, provavelmente ainda não, embora, não tenha tido até hoje qualquer tipo de consideração sobre questões essenciais. Houve ali algumas matérias que assinalou, a questão das viaturas, da entrada de viaturas, porém, a obra foi construída nessa parte tem haver essencialmente com o acesso à própria rampa e ao próprio cais, seguir um pouco aquilo que era a obra já per si, nos mesmos pontos de luz, nas mesmas situações, a capacitar a entrada de carinhas de pequena e média dimensão, não camiões de grande dimensão, também não lhe parece que seja esse o desígnio. E por exemplo aquela questão da rampa que acaba em degrau e que



Assembleia Municipal de Caminha

diz que não permite puxar os barcos quando está em doca seca, mas, é que os barcos também não chegam ali em doca seca. Quando ali chega o rio também acaba, não parece que isso seja um entrave, mas, dito isto, estas questões são questões que facilmente se resolvem em reunião final de obra, pelo que são questões que se conseguem acautelar. Pelo que solicita ao Senhor Vereador das Obras Públicas para antes do termino da obra, que é nestes dias, possa definir com a Polis litoral Norte e com os pescadores o que é que é possível fazer antes da inauguração e o que não é possível fazer, mas, aquilo que não é possível fazer que é imprescindível se fazer é que todos estejam de acordo. Definidas essas situações tudo se resolverá, e julga que não podemos esquecer que esta obra vai criar muitas mais condições do que tem tido nas ultimas décadas os pescadores de Caminha, e isso, é que é importante fortalecer e não se pode deixar que uma obra global entre dragagem e a construção de um cais, que tem o investimento de um milhão e quatrocentos mil euros e que começa a transformar a marginal, de repente passe a ser um caso em que se está a debater um piso antiderrapante, numa rampa onde um degrau que fica na zona final dessa mesma rampa, julga que, embora sejam problemas importantes, mas, já não são os problemas fundamentais.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que um tema que a incómoda um pouco para ser franco, quer na intervenção do Senhor Deputado Alberto Magalhães quer na intervenção do Senhor Deputado João Filipe Lages, foram citadas frases inteiras que estiveram num comunicado do PSD que correspondem a um correio particular enviado pelo responsável máximo do Partido Socialista, enviado por ele mesmo a um conjunto de militantes, é correspondência privada. E o à vontade com que se chega a essa correspondência privada, e o à vontade com que se divulga e se fala de frases de uma carta que ele escreve para um conjunto de pessoas que não são vossos, e ele sabe porque foi ele que a mandou, isso é gravíssimo, é de uma gravidade quando ele escreve um email para um conjunto de camaradas que estão identificados, e há comunicados oficiais do PSD, intervenções ali de



Assembleia Municipal de Caminha

Deputados do PSD que claramente depois da violação de correspondência privada, vão ali citar frases suas, ele julga que as pessoas não estão a entender o que estão a fazer. E tem sido interpelado ao longo destes dias por um conjunto de pessoas a perguntar a propósito de avançar para instâncias completamente diferentes, com desconfianças que ele não quer acreditar que existam, e não fará isso, vai deixar passar, mas, é extraordinário como ali se assumem coisas dessas, com citações que ele escreveu para um conjunto de pessoas bem identificadas num correio particular. Espera que essa matéria fique ali de algum modo rapidamente sanada e que não estejam perante esta informação que até admite que um ou outro não o saiba, que pelo menos haja agora a consideração de se poder estancar e não ultrapassar alguns limites da decência.

Muito Obrigado.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs réplica, para a qual houve inscrições.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse o seguinte;

“Sr. Presidente se o site foi mal concebido logo desde a sua criação, qual a razão para a seu lugar no ranking de 2013, logo na primeira metade do ranking nacional?

Se a descida no ranking de transparência municipal ocorreu durante os seus anos de gestão, é fácil perceber que foi a sua gestão inerte que não efetuou a manutenção e atualização do site acompanhando assim os novos tempos e as necessidades da população!

Desvalorizar estes dados e voltar a acusar o passado pelos seus erros de gestão é continuar a vender uma parangona que o concelho está farto, não abonando em nada para a imagem do município, um município que em caso de maus resultados sacode a água do capote e aponta sempre o dedo para o



Assembleia Municipal de Caminha

passado, mesmo quando, os erros são cometidos por quem no presente gere o Município de Caminha, neste caso o senhor e o seu executivo.

Disse!”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, lamenta que alguns Senhores Deputados oiçam mal, porque, aquilo que ali foi dito pelo Senhor Deputado Ricardo quanto ao site da Câmara estar desatualizado, foi que esta não era uma prioridade para este executivo perante os problemas que existiam na Câmara e que ainda hoje existem, todos sabemos que esta é uma forma de fazer comunicação. Mas, como todos sabem as tecnologias avançaram e torna-se necessário fazer um investimento mais avultado, e a Câmara nesse momento não tinha esse dinheiro, tinha outras prioridades, pelo que, deve estar mais atento àquilo que ali se diz.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que ele é um homem de uma fé extremosa e grandiosa nos homens, e particularmente nos homens que saem para o mar ou para o rio para o seu trabalho, e relativamente à questão dos problemas menores deixa que sejam eles a decidir, se esses problemas são menores ou não. Disse ainda o Senhor Deputado, para que ali ficasse claro, que CDU está muito satisfeita com a obra, porque também se vê os pescadores e as comunidades satisfeitas e é salvaguardando este interesse e este apreço de toda a gente que a obra deve findar como foi pensada. Por isso, esta atenção redobrada nesta fase final, visa garantir que todo este investimento seja um bom investimento para o Município e para quem faz uso daquelas infraestruturas no seu trabalho e para quem lá passeia, porque é claro que agora a área está melhor do que estava, não restando, por isso, duvidas de que a CDU está encantada com o facto de finalmente se ter realizado essa obra, pelo que deposita, uma vez mais, fé no trabalho do executivo para garantir que as obras findem como devem findar.



Assembleia Municipal de Caminha

Para terminar disse o Senhor Deputado que o Senhor Presidente não disse nada quanto ao mercado. Poderá ter sido esquecimento, disse, mas, julga que será importante neste momento que se pense um pouco sobre essa questão, não a deixando passar em branco.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que não lhe respondeu porque não lhe sabe responder, porque não tem neste momento nenhum dado sobre essa matéria, esta questão do mercado é um problema que se vem a arrastar há anos e a ideia é se fazer a obra toda, contudo, não lhe consegue dar resposta sobre o grau de dificuldade, porém, fica ali a compromisso que lhe dará conta do ponto de situação.

Quanto à questão que colocou sobre o cais dos pescadores, disse o Senhor Presidente que a ideia do executivo é que a obra fique tão perfeita quanto possível, houve sempre um esforço da parte do executivo para que no decorrer da obra, que esta fosse colaborativa, julga que o contributo dos pescadores fez com que a obra melhorasse bastante e julga que haverá condições para melhorar as situações que ali apresentou.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cunha, disse o Senhor Presidente que não atribuiu nenhuma responsabilidade a ninguém, apenas disse exatamente como o site que hoje se encontra online, é exatamente o mesmo que estava quando ele tomou posse, e que não houve uma prioridade para que se fizesse essa intervenção e aquilo que aconteceu na lista, foi exatamente aquilo que ali referiu a Senhora Deputada Paula Aldeia. Todos os outros Municípios melhoraram aquela informação, tiveram entre quatro, cinco anos para o fazer, logo, ultrapassaram Caminha nessa tabela, mas, aquilo que lhe pode informar é que já se conseguiu arranjar o financiamento comunitário para se fazer essa intervenção e nos próximos meses o novo site estará online.



Assembleia Municipal de Caminha

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Relativamente à alínea A) do Período da Ordem do dia "Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e a Situação Financeira do mesmo" o documento de informação que nos é prestado, à data de 18 de abril, diz-nos que o total dos encargos assumidos e não pagos resultantes de faturação é de euros: 5,506.886,95.

Face aos números apresentados e à gravíssima situação financeira que o município atravessa, a bancada do Partido Social Democrata, continua a reafirmar, que tem sido feita uma má gestão durante estes quase 5 anos, na Câmara Municipal de Caminha, da responsabilidade do seu Presidente Dr. Miguel Alves. Lamentamos constatar que, o município de Caminha é o mais endividado do Distrito de Viana do Castelo, e que, os pagamentos aos Senhores fornecedores já ultrapassam os 223 dias.

Disse.”

A **Senhora Deputada Claudia Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara, felicito-o, e ao seu executivo, pela continuação de um excepcional trabalho nos setores da Educação, da Ação Social e da Cultura, resultando um vasto conjunto de iniciativas, todas elas pautadas por grande qualidade e diversidade.



Assembleia Municipal de Caminha

Diversidade essa marcada pela preocupação em envolver todos os públicos da nossa comunidade, que ultimamente têm sido presenteados por momentos muito significativos.

O seu executivo apoiou ativamente, desde o primeiro momento, o envolvimento das escolas do nosso concelho, na implementação do projeto de educação financeira «No Poupar está o Ganho», assente nas matérias indicadas no respetivo Referencial temático curricular. Assim, as crianças dos 3.º e 4.º anos das Escolas Básicas de Caminha, Dem, Moledo e do Vale do Âncora - aderentes a este projeto educativo -tiveram a oportunidade de visitar o Museu do Papel Moeda da Fundação Cupertino de Miranda, e participar nas Olimpíadas da Educação Financeira, organizadas por esta fundação. Saúdo, por isso, a Câmara Municipal de Caminha por ter promovido e acompanhado esta visita de estudo. Aproveito igualmente para felicitar os estudantes do 4.º ano da Escola do Vale do Âncora pelo impressionante 1.º lugar que conseguiram.

Continuando com a atenção que este Município dedica aos nossos jovens, sublinho a preocupação que manifesta com as mais frágeis, as crianças que infelizmente ainda são vítimas de violência, organizando em parceria com a Comissão de Proteção de Criança e jovens de Caminha o «Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância», realizando uma série de iniciativas que dão visibilidade a um drama ainda presente, mas que confio que não demoraremos a derrotar, vista a forte adesão popular à ação «Correr com os maus tratos», em que centenas de pessoas passearam na marginal de Caminha, manifestando assim a vontade de que, num futuro bem próximo, este seja um problema erradicado definitivamente.

As Freguesias de Gondar e Orbacém organizaram o III Trail, Rota das Capelas, com o apoio da Câmara Municipal de Caminha, prova que juntou centenas de desportistas, de todas as idades, provenientes não só do nosso concelho, mas das regiões vizinhas, e que com muito entusiasmo correram ou caminharam por uma das nossas paisagens mais deslumbrantes.



*
P
E

Assembleia Municipal de Caminha

Congratulo-me, Senhor Presidente, pela atenção que tem sido dada às questões do nosso património artístico, e prova disso são recentes ciclos de conferências, que Caminha acolheu. O primeiro inseriu-se na iniciativa «Alto Minho 4D - Viagem no tempo», promovida pela CIM Alto Minho, e que Caminha abriu com chave de ouro, com a «Rota do Megalitismo», que nos deu um novo olhar sobre as gravuras rupestres de Lanhelas e o Dólmen da Barrosa em Vila Praia de Âncora, enfatizando a importância do conjunto patrimonial que temos, que de resto esta Câmara Municipal se tem empenhado em defender, concedendo uma dignidade que antes tinha sido atacada. Esta iniciativa culminou com o espetáculo «Lembra-me», levado ao palco do Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, pela Oficina de Teatro da Universidade Sénior de Caminha, um momento forte, tocante e, sobretudo, de grande qualidade.

Finalmente, saúdo a Câmara Municipal de Caminha por se ter associado ao Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, para assinalar os «140 anos do Comboio de Caminha & os Azulejos da Estação de Gilberto Renda», efetuando as necessárias diligências para que o seu Museu acolhesse as duas notáveis exposições temáticas; por acolher as respetivas palestras no Teatro Valadares, e apoiar a realização do excelente concerto promovido pela Academia de Música Fernandes Fão no átrio da Estação de Caminho-de-ferro de Caminha.

Senhor Presidente da Câmara, Dr. Miguel Alves: a sua ação, e a do seu executivo, tem sido promotora de grandes eventos, de destaque nacional, que tem levado a Marca Caminha por todo o país - e não só, através da forte presença nos órgãos de comunicação social, e que nos tem devolvido o orgulho em ser caminhenses, e de pertencer a um concelho novamente progressista e cosmopolita.

No entanto, estas iniciativas que antes elenquei, não tendo atenção mediática nacional, e nem, provavelmente, grande presença nas redes sociais, são também aquelas que têm um forte impacto na nossa comunidade, que a faz desenvolver, que a faz pensar, que a faz crescer. Agradeço ao Município de



Handwritten signatures in blue ink, including a stylized 'A' and a large 'L'.

Assembleia Municipal de Caminha

Caminha por nos ter proporcionado estes momentos, e deixo o apelo para que persista na organização destes eventos, diversos na sua abrangência temática e geracional.

Disse.”

b) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 26 de janeiro 2018

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão extraordinária de 26 de janeiro 2018”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro 2018

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 23 de fevereiro 2018”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções, as quais se devem ao facto de não



Assembleia Municipal de Caminha

terem estado presentes na referida sessão.

d) Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2017

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de abril de dois mil e dezoito, relativa ao “**Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2017**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2017”.

O **Senhor Deputado João Filipe Lages**, disse que este tema é um tema que atravessa todos os Municípios, o Estado Central, mas, tem em Caminha uma expressão bastante preocupante, e que por todos é aceite, que são as contas do Município estarem num estado gravoso, naturalmente até de erros de décadas, mas, não se pode abster ali em pensar que houve erros de estratégia nos últimos anos, os quais merecem ser corrigidos, porque se olha para as contas e vê-se que em 2017 houve um resultado negativo na ordem dos dois milhões de euros, é um crescente da dívida do município, isto reflete em termos relativos de um aumento da despesa em relação à receita, logo, dá a entender que existe um erro de estratégia e refere isto o Senhor Deputado porquê, porque por oportunidade política o Município, e as vezes as oportunidades políticas não são coincidentes com as validades dos atos, tenha querido cumprir com o desígnio de campanha de redução de receita em sede de IMI e



DF
E

Assembleia Municipal de Caminha

IRS, o que lhe parece que a oportunidade foi desadequada, não foi num momento oportuno, estava-se a sair de um período de TROIKA, num período de recessão, que não estava ultrapassado, nas contas do Município efetivamente havia um passivo, mas havia algum equilíbrio entre o passivo e o ativo conforme foi comprovado pelos ROC'S à data, o que permitia cumprir com as obrigações da parte do Município, mas, a verdade é que hoje é inegável que existe um aumento do incumprimento da Lei dos Compromissos e que hoje se cifra nos 224 dias, está-se a pagar sensivelmente a um ano, e somos neste momento per capita o Concelho mais endividado do Distrito, o que é preocupante, e esta situação tem que ser revertida e para ser revertida apenas se tem quatro eixos, sendo um deles o património, apesar de não concordar com estratégias de alienação de património, o qual deve ser valorizado e não lhe parece que deve ser valorizada essa opção em termos de financiamento, o orçamento de estado está bastante apertado, resta o financiamento e a receita tributaria com as taxas e impostos, sendo essa a escapatória e atendendo ao recurso do Senhor Presidente de Câmara tudo indica para a receita tributaria ser aumentada, logo, terá que se tomar uma medida, voltando a reiterar o Senhor Deputado que ali houve um erro de estratégia, de oportunidade, de redução da carga tributaria que causou todo este impacto nas contas do Município, como todos sabem existem dificuldades a nível da água que causaram um grande endividamento, existe um problema a nível da rede de baixa, contudo, não responsabilize uma vez mais o passado, todos sabem que existem erros do passado, mas, está à cinco anos com uma Câmara Socialista, logo, existem ali erros que devem ser assumidos por quem está no poder há cinco anos, não se pode estar eternamente a acusar os erros do passado, todos sabem que é um acumular do passivo, isso não é inegável as contas estão relatadas, contudo, temos cinco anos de executivo e tem-se um aumento exponencial quer do lado do endividamento, quer do lado da receita líquida, e isso não pode acontecer, logo, o Senhor Presidente é o timoneiro deste barco e não se pode demitir das suas responsabilidades, terá o



Assembleia Municipal de Caminha

apoio dos Senhores Deputados do partido Social Democrata, pois não se alheiam das suas responsabilidades e estarão ali para contribuir para o desenvolvimento das soluções, e se se tiver que passar pelo aumento da receita tributaria, assim o terão que assumir todos inclusive aqueles que a decidiram baixar e que causaram também este prejuízo ao Município de Caminha.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, deu inicio à sua intervenção e disse o seguinte;

“Neste documento ficamos a saber que as Contas do ano passado não são boas: apesar de termos a despesas mais baixa dos últimos 10 anos, apresentamos em 2017 um resultado líquido de exercício negativo em cerca de 2 milhões de euros, ou seja, a Câmara assumiu mais 2 milhões em despesa do que o valor da receita que acabou por ter! A taxa de execução da receita foi baixa (67,3%), a dívida de curto prazo aumentou e está agora nos 8.4 milhões, Assusta? Sim, sem dúvida. Num ano onde a despesa voltou a descer, que se passa afinal no nosso município? Que se fez de tão grandioso? Onde está o despesismo?

Gostaria de fazer convosco um exercício de memória. Voltemos ao princípio, ao início de tudo quando em 2013 o executivo chegou à Câmara e se deparou com o real estado financeiro do nosso Município.

Fomos alertados, foi-nos dito que a situação era má, que não havia dinheiro para comprar um prego, lembram-se? Esta afirmação de Miguel Alves foi na altura, utilizada em diversos discursos da oposição para negarem o legado que foi encontrado. Miguel Alves foi acusado de mentir, foi acusado de apresentar resultados líquidos negativos para, e passo a citar: "ter como único objetivo político, denegrir a gestão do anterior executivo liderado por Júlia Paula Costa. Foi acusado, e passo a citar novamente de estar a "teatralizar um cenário de raiva".



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Pois era, quando erámos alertados para a situação financeira em que se encontrava o nosso município, era tudo mentira, era propaganda era teatro! Melhor fosse caros munícipes! Infelizmente era já naquela altura uma forte realidade como fomos sendo alertados, e os responsáveis por esta peça teatral de má qualidade, apesar de não quererem, saíram, mas, deixaram-nos um guião envenenado.

Mas, a realidade que temos é esta, um prejuízo de 2 milhões de euros...

Lembram-se da famosa "narrativa socialista" como foi apelidada? Lembram-se da negação de responsabilidades? Lembram-se de ouvirem dizer que tinham deixado milhões? Que as contas camarárias estavam equilibradas e bem de saúde? Certamente que sim. Então certamente que se lembrarão que desde 2013 ouvimos, repetidamente o executivo afirmar o contrário!

Ouvimos aqui falar da dívida acumulada da água, de compromissos assumidos para além da legalidade, dos empréstimos contraídos e não pagos, das faturas de fornecedores anuladas em vésperas de eleições que deixaram para os outros pagarem, dos processos judiciais que levaram ao pagamento de avultadas indemnizações, de uma PPP ruinosa que hipotecou o nosso concelho durante longos anos, enfim de todos os tesourinhos que foram deixados, mais os que foram surgindo, e dos que ainda estarão por vir como será o caso do Externato de Santa Rita falamos de milhares de euros que tiveram de ser dispensados para pagar dividas...

E eu pergunto, Quem tem culpa? Costuma-se dizer, quem vier atrás que feche a porta....

Mas como se pode fechar a porta a tudo isto? Não se pode nem se deve! Sempre foi dito que as contas estavam desequilibradas, que a despesa era elevada, e nestes últimos 4 anos foi claro o esforço realizado para cortar nas despesas. Cortou-se na chamada "gordura", houve contenção em todas as áreas. Fizeram-se obras, teve-se a visão de aproveitar os fundos disponíveis, de candidatar projetos a custo zero para o Município.



Handwritten initials in blue ink, including a large 'P' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

Apesar de todas as dificuldades, este executivo fez uma clara aposta nos diversos sectores, desde a educação, à ação social, cultura, tendo sempre em mente o desenvolvimento económico e social do nosso concelho.

Houve uma clara aposta no turismo, assistimos a uma baixa dos desempregados no nosso concelho, baixaram-se impostos, baixou-se o preço da fatura da água, renegociaram-se dívidas...bem contra a vontade do PSD diga-se, pois numa altura em que as políticas de direita do então governo do Dr. Passos Coelho, asfixiavam as famílias, este executivo deu um sinal claro de apoio às famílias diminuindo a carga fiscal.

Por isso pergunto, Onde está o erro? Qual foi a obra destes últimos 4 anos que foi feita e que não deveria ter avançado? O saneamento nas diversas freguesias? O nó da Erva verde? Qual? Qual foi o evento milionário, que não existisse já, e que conduziu a este desequilíbrio? Devemos deixar de fazer obra? Devemos cortar algum evento?

Há poucos dias, após a reunião de Câmara em que estas contas foram apresentadas ficamos a saber que, para o PSD, esta política de baixar impostos e de devolver rendimento às famílias está errada.

Tempos difíceis se avizinham, e já está visto com quem se poderá contar! É tempo de refletirmos, e de conscientemente nos perguntarmos, qual a solução para conseguirmos a estabilidade que o nosso concelho tem de alcançar. É tempo de sermos ainda mais responsáveis e de nos prepararmos para tempos difíceis.

O Partido Socialista confia no executivo, confia na sua atuação e acredita que é possível alcançar essa meta, com humildade, com esforço.

Todos seremos chamados a colaborar, Executivo, Juntas de Freguesia, partidos políticos, municipais, todos teremos de dar o nosso contributo tendo sempre em mente que não há bem maior que o bem comum, o bem do nosso concelho, o bem da nossa população!

O maior legado que um autarca deve deixar, não é uma obra emblemática que perpetue o seu nome. O maior legado que um autarca deve deixar é uma



Assembleia Municipal de Caminha

situação financeira equilibrada, um futuro desipotecado e promissor para as gerações vindouras.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Há um ano atrás, aquando da discussão do documento de prestação de contas do exercício de 2016, a CDU, constatava o resultado negativo de perto de 1 M€, com uma taxa de execução orçamental na ordem dos 87%. Mais uma vez o município apresentava contas negativas, mas aparentava uma tendência de progresso relativamente aos resultados anteriores. Por isso, na altura, a CDU levantou a dúvida se esta realidade era conjuntural ou resultava de uma estratégia que, apesar de não garantir os objetivos definidos para o mandato, tendo em conta o programa do Partido Socialista sufragado nas urnas, concorriam para ele.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara deixava a mensagem “de um percurso que vai demorar, que vai custar, que é paulatino, e que se vai fazendo à medida que se vai resolvendo o problema da PPP, dos empréstimos bancários, dos acordos de pagamento e o problema de fornecimento de bens e serviços.” (ata da reunião da AM de 21-04-2017). Esta mensagem antevia uma ação pensada, com estratégia definida, consciente das dificuldades, mas com rumo.

Volvido um ano, os resultados agora apresentados revelam um resultado líquido negativo de 2.087.091,00 Euros, mais que duplicando o prejuízo do ano anterior.

Esta realidade, não sendo nova, quer no que toca a resultados negativos consecutivos, quer no que respeita ao valor deste resultado, a verdade é que, pela primeira vez desde que a Câmara Municipal de Caminha voltou a ser liderada pelo PS há a noção clara de que este executivo não está a conseguir resolver a grave crise financeira do município.



Assembleia Municipal de Caminha

Quando esta Assembleia é chamada a apreciar e votar as contas municipais, há sempre duas ordens de observação dos números. Uma prende-se com a definição política, e outra com o domínio técnico contabilístico. Sobre este último, a Certificação Legal das Contas, da responsabilidade da NEXIA SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A. é clara afirmando que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no POCAL. Esta certificação dá a garantia a esta Assembleia de que todos os quesitos legais são observados, e esta é matéria relevante na aprovação do documento, já que vincula a decisão que aqui se tomará ao cumprimento integral da Lei.

Quanto à questão política, essa é já bem diferente. Como é de todos sabido, a CDU nunca integrou o órgão Câmara Municipal, não sendo por isso responsável pelos maus exercícios que igualam PS e PSD em resultados. Se hoje o PS apresenta um resultado negativo de cerca de 2 M€, o PSD em 2012, face às contas de 2011, apresentou um resultado negativo de 2,7 M€.

A CDU, no entanto, tem vindo a defender ao longo dos mandatos que, apesar destes maus exercícios políticos, com repercussões financeiras, terem os rostos do PSD e do PS, a verdade é que é a Câmara Municipal, enquanto órgão de gestão, que detém esta imagem de incapacidade, e com ela todo o município e os munícipes.

Por outro lado, a CDU está consciente de que, sempre com reservas, é certo, aprovou os orçamentos municipais, que previram sempre uma arrecadação de receita e uma diminuição de despesa que conduziria a melhores contas, apesar de agora se perceber que a arrecadação de receita ficou aquém do inicialmente previsto e mesmo do previsto após correção orçamental.

No entanto esta receita não exclui a nossa responsabilidade na aprovação dos orçamentos, uma vez que os mesmos também expressavam a vontade popular sufragada no voto.



Assembleia Municipal de Caminha

Por isso, embora a Câmara Municipal, e particularmente o seu presidente, não nos tenha convocado, apelado, convidado ou de alguma forma sugerido, em contacto connosco, qualquer envolvimento da nossa parte na procura de compromissos e soluções para o equilíbrio da contas do município, sabendo-se apenas pela comunicação social que, provavelmente, o fará, a CDU mostra-se desde já disponível, não para substituir o executivo camarário, mas para dar o seu contributo, no limite das suas capacidades e competências, porque o que está em causa é o Concelho de Caminha e as gentes dos Vales do Âncora e do Coura-Minho. A não ser que, uma vez mais, PS e PSD entendam que podem, sozinhos, como sempre, construir um resultado negativo ainda maior, somando as suas experiências.

Finalmente, uma chamada de atenção final para as Bases para a Opinião com Reserva constantes na Certificação das Contas, particularmente para o que se repete face ao ano anterior, do que é exemplo a não disponibilização de demonstrações financeiras das empresas participadas ou ainda a identificação de diferenças entre o valor das dívidas registadas em faturação e as registadas na contabilidade relativamente ao fornecimento de água. Igualmente, se dúvidas houvesse sobre o impacto nas contas municipais dos processos judiciais, o revisor refere-os no seu ponto sete.

E por último, correspondendo à nossa insistência, subsistem, incompreensivelmente, registos dúbios que impossibilitam o controlo regular da existência dos bens, com diferenças não clarificadas entre registos matriciais, registos prediais e registos financeiros, relativos aos imóveis do município.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que chegados ali algo se tornou evidente, que são as dificuldades que hoje o Município de Caminha enfrenta, divergiu o executivo talvez na assunção de responsabilidades, quem contribui mais ou menos, sendo que desse ponto de vista e todos concordam a CDU não contribuiu nada para esta situação negativa. Por isso, refere o Senhor



Handwritten initials in blue ink, possibly 'P A' and 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

Presidente que se está perante uma situação onde se deve tentar perceber o que se passou, porque a leitura política que se faz destas contas e de todas as contas ao longo dos últimos 4, 10 ou 15 anos é importante para se perceber qual a medicina que se tem que utilizar para resolver esta situação. Disse o Senhor Presidente que tiveram uma despesa que é de facto registada a mais baixa dos últimos 10 anos, tem-se uma execução de receita que é também muito baixa, e tudo isto tem uma explicação, ou seja, a receita advém de três fontes principais, as transferências de estado que se mantem, os impostos e taxas cobradas, em termos de receita executada, estiveram em linha com as do ano anterior com algumas diferenças, e as receitas que não foram essencialmente executadas tem a ver com os Fundos Comunitários, e porquê, porque o quadro comunitário em vigor atrasou-se, não se conseguiu levar de vencida um conjunto de projetos do ano anterior, ou mesmo ganhando projetos, a Câmara não tinha o dinheiro subjacente a esses projetos, como por exemplo, a obra de saneamento Argela, Vilar de Mouros tinha-se pensado um determinante montante em conjunto com a obra de saneamento em Âncora está-se a falar num conjunto de investimento global em cerca de três milhões de euros e na Câmara no ano passado entraram cerca de 200 mil euros a propósito dos Fundos Comunitários, ou seja, quando a Câmara tem a previsão de se candidatar a Fundos Comunitários tem que incluir no orçamento essa perspectiva de receita, mas, se essa receita não entra a execução é baixa. Quanto à despesa disse o Senhor Presidente que 40% da despesa é para despesas com pessoal, existe ainda uma despesa na ordem dos 45% que se refere a aquisição de bens e serviços, contudo, aquilo que tem a ver com a aquisição de bens e serviços é importante, porque é uma despesa que em anos eleitorais tem tendência a subir, porque toda a comunidade faz algumas exigências para que as coisas aconteçam, mas, comparando com anos eleitorais anteriores a despesa em aquisição de bens e serviços quando comparada com aquela que é a receita corrente é muito mais baixa do que aconteceu, serve isto para se fazer a reflexão que a Senhora Deputada Paula



DA
E

Assembleia Municipal de Caminha

Aldeia ali explicou, sendo isto verdade, a Câmara está com um resultado líquido negativo de dois milhões de euros e perante dívidas de curto prazo de oito milhões e quatrocentos mil euros, dessa perspetiva saúda o elogio que Senhor Deputado Alberto Magalhães fez mencionando que a despesa a curto prazo é na ordem dos 5.5 milhões a qual foi mencionada na informação financeira, mas, o executivo tem que continuar a fazer esse esforço diminuindo a despesa.

Pergunta o Senhor Presidente qual é ali o problema para se perceber aonde está a responsabilidade a cada uma das partes? Do ponto de vista do Senhor Presidente o problema não está na receita, ou melhor, o problema do passado não está essencialmente na receita, ouviu-se ali o Senhor Deputado João Filipe Lages que praticamente foi ali falar da receita, e isso demonstra bem uma forma de atuar e de um pensamento político que olha de facto para a receita como a fonte de todos os problemas e como a fonte de todas as soluções, e olha de um modo que aparenta e apresenta uma frieza política extraordinária, ao dizer ao Presidente da Câmara que nos anos da TROIKA, os anos em que o executivo do PPD/PSD e CDS mais castigaram os portugueses e os caminhenses, cortaram nos salários, aumentaram o IRS, cortaram nas pensões, castigaram até onde poderão castigar, indo mais longe que a TROIKA, que o facto do executivo da Câmara ter descido impostos para a população de Caminha foi errado, mas, o Senhor Presidente acha que foi correto e oportuno e não vê que outra situação pudesse ser mais oportuna, pelo contrário, julga que era nesse momento que o executivo tinha que estar ao lado da população. Disse ainda o Senhor Presidente que chegou à Câmara Municipal em 2013 com uma economia depauperada no Concelho de Caminha, mil e cem desempregados, hoje contabilizam-se cerca de quatrocentos e cinquenta; uma economia de tinha acabado de fechar durante os últimos três ou quatro anos tudo que era empresas com mais de cem trabalhadores, e as empresas que tinham mais de cem trabalhadores como a Ancorensis tinham sido depauperadas mais de metade dos seus funcionários, não havia em



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha a capacidade regenerativa da economia e muito pior o governo de direita era insensível no País aquilo que se passava no território, houve uma opção política que foi anunciada em campanha eleitoral e que foi cumprida, foi de baixar os impostos, fazer com que as pessoas tivessem mais rendimentos para gastarem na economia e alavancando também a economia ligada ao turismo que era a oportunidade de mais rápido de se poder reagir, e pede desculpa o Senhor Presidente, mas, essa estratégia deu resultado, foi uma estratégia absolutamente correta, logo desse ponto de vista não tem que ficar surpreendido, porque, nesse tempo em que as contas eram fabulosas como se tem ouvido pela narrativa do PSD, em que tudo corria as mil maravilhas, em que a Câmara era equilibrada e em que havia mais de dois milhões de euros no banco, a Câmara de Caminha cobrava o IMI e IRS pelo máximo, incompreensível se as coisas eram assim. Logo, refere o Senhor Presidente que entenderam que naquele momento deveriam baixar os impostos, e para descansar o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que o executivo já o disse em sede de reunião de Câmara que posteriormente a este debate das contas de 2017, irá chamar os três partidos com assento parlamentar nesta Assembleia para poderem debater com o Município um quadro de estabilidade para os próximos anos em termos financeiros, e como será natural irão concordar e discordar em algumas matérias, tentaram encontrar um quadro comum, mas não sendo possível de todo modo, não deitarão fora os contributos que todos puderem dar. Disse ainda o Senhor Presidente que ao longo do tempo esta matéria ligada à receita tem tido sempre um carinho especial por parte da direita de se poder ir para cada vez ir buscar as pessoas a resolução dos problemas da Câmara, mas, ele não o entende assim, e mesmo nesse quadro de debate a Câmara e Caminha por parte do Senhor Presidente não subscreverá nenhuma proposta que faça que os impostos subam aos valores que o PSD ali deixou no ano 2013. Logo, refere o Senhor Presidente que se deve olhar para a despesa, porque é ali que se tem que encontrar soluções, e essas soluções passam por dois temas essenciais, os



Assembleia Municipal de Caminha

dois temas da despesa podem levar a que cada um possa debater se existe um evento que gosta menos, se existe alguma coisa que não faz sentido realizar, mas, aquilo que diz o Senhor Presidente a todos os munícipes de Caminha que essa matéria pode resolver um problema de 20 ou 25 mil euros, contudo, se a Câmara acabasse com todos os eventos é que resolveria um problema de 2 milhões de euros, ou seja, não está aí a solução. Existem sim, dois cancros financeiros na Câmara Municipal, sendo um deles o da PPP, este é um negocio que consome em termos de despesa em cerca de 900 mil euros por ano ao Município de Caminha, contudo, se perguntarem; se a Câmara Municipal está a pagar este valor? Não, porque existe um entendimento neste momento como sabem no âmbito da PPP, onde se paga apenas uma parte daquilo que se deve, só que em termos de contas a dívida permanece, contudo, sobre essa matéria aquilo que o executivo está a fazer, é a tentar resolver o mais rápido possível, e até ao momento ainda não foi possível, e no quadro do orçamento de estado para 2018 encontrar uma premissa para uma substituição direta de dívida, porque aquilo que a Câmara quer fazer é basicamente extinguir a PPP, comprar as Piscinas de Vila Praia de Âncora que hoje estão arrendadas pela PPP ao Município de Caminha, porém, para se fazer isso terá de se contrair um empréstimo para se poder pagar ao banco, sendo que o valor a pagar ao banco será em cerca de um terço do valor global ao que se paga hoje, contudo ainda se encontra este processo em resolução. Quanto ao segundo cancro disse o Senhor Presidente que tem a ver com a questão da água, e essa matéria irá ali para ser debatida. Mas, o Senhor Presidente não se vai referir à diferença do valor da água que se compra às Águas de Portugal e aquela que se vende aos munícipes, esse é um valor que entre a diferença de preço entre aquela que se perde nas redes obsoletas, que necessitam de investimento e entre o apoio que se dá às Associações e Instituições que são valores suportados pela Câmara Municipal, existe uma diferença entre preços em cerca de 950 mil euros para o Município, logo, surge a questão, como o Município não consegue acautelar essa diferença no



P
A
E

Assembleia Municipal de Caminha

pagamento, mas, o problema que existe no Município de Caminha é que entre os acordos e entre os preços que tem de pagar, de toda a água consumida ao longo dos anos e não paga, hoje tem uma dificuldade terrível em assegurar as suas despesas, se nós tivéssemos a nossa água, aí poderíamos assegurar essas despesas, isto porquê, porque muitas vezes houve por parte da oposição que a Câmara Municipal de Caminha recebe das pessoas o pagamento da água e depois não paga à empresa que compra, mas, o problema é que em 2005 recebeu de receita das pessoas por água e saneamento um milhão cento e noventa e quatro mil euros, nesse ano pagou às Águas cento e cinquenta e quatro mil euros; em 2006 recebeu um milhão cento e oitenta e dois mil euros das pessoas, desse valor pagou às Águas quatrocentos e trinta e oito mil euros; em 2007 recebeu um milhão duzentos e onze mil euros, desse valor pagou às Águas trezentos e cinquenta e três mil euros, em 2010 recebeu um milhão e sessenta e três mil euros, e pagou seiscentos e oitenta e um mil euros, em 2011 recebeu um milhão quatrocentos e quatro mil euros, e pagou trezentos e três mil euros, e hoje quem está a pagar esta água com juros é este executivo, logo, aquilo que o Senhor Presidente vem dar nota é que isto não se trata de nenhuma desculpa é um facto, e tem que ser resolvido, porque enquanto não se resolver esta questão, mais a PPP, mais a incapacidade de se resolver alguns problemas relacionados com outras despesas, torna-se muito difícil fazer mais. Disse ainda o Senhor Presidente que existe uma coisa que esta executivo nunca foi atacado é que fez uma obra faraónica “a” ou “b”, fez mal esta ou aquela opção, mas, ficaram a perceber que existe uma alteração da postura da principal oposição que ali está, ou seja, do PSD, quanto ao reconhecimento que hoje ali têm assistido, de terem sido contra a descida de impostos, embora nunca o tenham dito, hoje, o PSD fez um exercício de seriedade política e assumiu-o ali que eram contra terem descidos os impostos, foi a primeira vez que o fizeram, sempre saindo em algum subterfugio, em segundo lugar a alteração estratégica, hoje, ouviu-se ali o Senhor Deputado do PSD neste ponto, que é contra a alienação de património,



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AF' and 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

quando exatamente nos anos do PPD/PSD mais património foi alienado, num só ano três milhões de euros por alienação de património importante que hoje poderia estar a render à Câmara Municipal. Quanto à questão de oportunidade, disse o Senhor Presidente, que o executivo entende que a descida de impostos é oportuna quando defende as pessoas e as famílias, e percebeu-se que para o PSD as pessoas e as famílias não interessam, aquilo que interessa é a receita que a Câmara tem que usufruir, e tem que conseguir porque de despesa não se ouviu uma palavra. Em terceiro lugar disse o Senhor Presidente que vai corrigir o Senhor Deputado sobre o facto de ser o Município mais endividado per capita do Distrito, somos o segundo e já o era quando o PSD saiu ali do seu poder, logo, terá que se encontrar soluções, e essas soluções tem que estar plasmadas num encontro de ideias e de programas que se terá que fazer, pelo que, após a aprovação destas contas o Senhor Presidente convidará o Partido Socialista, o PSD e a CDU, para com ele poderem debater no seu gabinete com o tempo que entenderem que será necessário um conjunto de medidas que sirvam para estabilizar financeiramente a Câmara no médio prazo, essas medidas serão absolutamente essenciais, até obrigatórias, e como é natural também irão discordar nessas matérias, mas, a Câmara apresentará algumas medidas, e gostava de ouvir medidas daqueles que com ele debateram essas temáticas, desse dialogo espera que seja profícuo, e encontrarão uma base, pode até nem ser subscrita por todos, ou, por calculismo político, ou, por convicção política, contudo, o Senhor Presidente tem a certeza que irão encontrar do lado da despesa e do lado da receita soluções para o tempo que estão a enfrentar, contudo, tentaram resolver em quatro anos este problema da despesa através das medidas de corte em determinados eventos, do corte em determinadas construções que sabiam que não as podiam fazer, do corte de alguns subsídios e apoios, o executivo tentou fazê-lo, mas, neste momento essas medidas são insuficientes, ou, se enfrenta esta questão já, ou, não se terá a capacidade para poder executar as suas competências e virá um quadro novo de



Assembleia Municipal de Caminha

competências, logo, precisam da ajuda de todos e espera que esse debate seja profícuo, e também, será um debate que terão com a comunidade que percebem a situação. Logo, o Senhor Presidente não consegue transmitir melhor do que aquilo que tem referido ao longos destes anos, das dificuldades que tem, e que tem reflexos no modo de atuar da Câmara Municipal, e admite que este ano é o pior dos últimos quatro anos, mas, acredita que a trajetória da Câmara é de consolidação, porém, para que haja essa consolidação terão que dar um passo em frente, porque senão vão estagnar na evolução que fizeram quer em termos de despesas correntes, quer no que diz respeito a despesas de capital. Disse ainda o Senhor Presidente que estas contas estão certas contabilisticamente, mas, agora existe uma diferença porque agora tem-se um revisor oficial de contas, nas ultimas contas deste executivo e antes não tinham tido esses revisores oficiais de contas a fazer uma avaliação técnica que pudesse ajudar os Senhores Deputados na Assembleia a tomar as melhores decisões.

Para terminar o Senhor Presidente disse que continua empenhado, mesmo com as vitórias das bandeiras azuis, dos números de turismo, dos números de emprego, com eventos de projeção nacional, e mesmo daqueles pequenos eventos que ali referiu a Senhora Deputada Claudia Fernandes que as vezes não saem nas parangonas, existem problemas que subsistem e que terão que se juntar para os poderem resolver.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 11 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado João Filipe Lages**, disse em declaração de voto que o Partido Social Democrata vota contra este relatório de contas, pelo aumento do



Assembleia Municipal de Caminha

endividamento; não apoia o populismo da demagogia e a violação do princípio da solidariedade que está incluído na tributação e que no momento de emergência económica das contas do Município foi descurado e nos levou a este endividamento, com a consequente prestação de serviço degradada por parte do Município, que está pendente desta receita e que foi afetado por esta medida; pelo incumprimento reiterado com o pagamento a fornecedores que agonizam á espera do cumprimento por parte do Município, muitas das vezes através de mecanismos financeiros duvidosos; pela violação constante da Lei dos Compromissos; pela poupança da despesa feita nos investimentos de capital e pela retração económica do Município e comprovado pela DGAL o mais endividado do Distrito.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) 1ª Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência do Ano 2017

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de abril de dois mil e dezoito, relativa à “**1ª Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência do Ano 2017**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “**1ª Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência do Ano 2017**”.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de março de dois mil e dezoito, relativa à “**Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais.

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove a autorização prévia para os seguintes compromissos plurianuais:

1. Empreitada “Ação de Reabilitação Urbana – Sandia - Rede Viária e Espaço Público, Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida”, com um valor total estimado de 1.116.735,30€;
 - a. Ano 2018: 285.708,20€;
 - b. Ano 2019: 831.027,10€;
2. Empreitada “Requalificação e ampliação da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais – Caminha”, com um valor total estimado de 2.865.569,75€;
 - a. Ano 2018: 477.594,96€;



PA
E

Assembleia Municipal de Caminha

b. Ano 2019: 1.910.379,83€;

c. Ano 2020: 477.594,96€;

3. Empreitada “Intervenção nas Ruas do Centro Histórico de Caminha”;

a. Ano 2018: 60.000,00€;

b. Ano 2019: 364.000,00€.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) Contração de um Empréstimo a Médio e Longo Prazo para Aplicação em Investimentos Cofinanciados até ao Montante de €1.180.630,25

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de abril de dois mil e dezoito, relativa à “**Contração de um Empréstimo a Médio e Longo Prazo para Aplicação em Investimentos Cofinanciados até ao Montante de €1.180.630,25**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea f), do n.º1, do art.º25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar a contratação de empréstimos, **propõe-se** a contratação de um Empréstimo a Médio e Longo Prazo para Aplicação em Investimentos Cofinanciados até ao Montante de €1.180.630,25.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 voto contra e 11 abstenções.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, fez a seguinte declaração de voto;

“• Considerando a gravíssima situação financeira da Câmara Municipal de Caminha;

• Considerando que no atual momento nenhuma obra nova da autoria deste Executivo se encontra em execução;

• Considerando que devem ser lançadas obras estruturais relevantes para o respetivo desenvolvimento municipal;

• Considerando que devem ser aproveitados na medida do possível o máximo de Investimentos Cofinanciados;

O Grupo do PSD desta Assembleia Municipal, abstém-se, quanto à Contração de um Empréstimo a Curto e Longo Prazo para Aplicação em Investimentos Cofinanciados até ao Montante de 1.180.630,25 Euros.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de abril de dois mil e dezoito, relativa à “**Nomeação de Auditor Externo para Certificação de**



Assembleia Municipal de Caminha

Contas”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1 do art.º 77 da lei 73/2013 de 03 de setembro, compete à Assembleia Municipal nomear, sob proposta do órgão executivo, o auditor externo responsável pela Certificação Legal das Contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a nomeação da Firma “Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. para auditor externo, para o exercício económico de 2018.”

A **Senhora Deputada Simaura Fonseca**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“A nomeação do auditor externo para certificação das contas decorre da lei e como tal deve ser feito com total transparência, e sem violação do princípio da não discriminação.

Nesse sentido a lei é clara, quando realça o facto de que em termos de procedimentos se deveria iniciar com uma consulta preliminar do mercado e só depois contactar as entidades que melhor se perfilam para o pretendido, mediante os pressupostos inerentes à contratação. Só depois deste passo se deveria proceder ao convite para apresentação de propostas a determinadas empresas, mediante o concurso aberto.

Este passo, na nossa opinião importante, foi anulado, procedendo-se logo ao convite para apresentação de propostas somente a três empresas, sem sabermos de como surgiram esses mesmos nomes.

Parece-nos que revela alguma falta de transparência nesta matéria.

No entanto, e porque a necessidade desta contratação decorre da lei, iremos abster-nos, ressaltando só alguma falta de transparência demonstrada no convite efetuado a estas três empresas em específico, sem qualquer consulta



Handwritten marks in blue ink, including a checkmark and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

preliminar do mercado, pelo menos, que seja do nosso conhecimento perante os documentos apresentados a esta assembleia.

Disse.”

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 voto contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) Regulamento dos Pavilhões Desportivos Municipais

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, relativa ao “**Regulamento dos Pavilhões Desportivos Municipais**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento dos Pavilhões Desportivos Municipais”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) Regulamento e Regimento do Conselho Municipal de Juventude de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de abril de dois mil e dezoito, relativa ao **“Regulamento e Regimento do Conselho Municipal de Juventude de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento e Regimento do Conselho Municipal de Juventude de Caminha”.

A **Senhora Deputada Ana Barreiros**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Relativamente à alínea j) da ordem de trabalhos, a CDU irá votar a favor, uma vez que considera que a criação deste órgão representa uma grande aposta no apoio aos jovens em diversas áreas (lazer, desporto, conhecimento).

Representado os jovens o futuro, é deveras importante ouvi-los!



JK
E

Assembleia Municipal de Caminha

A CDU aproveita para realçar a sua satisfação com o avanço deste projeto, uma vez que sempre apoiou esta iniciativa, tendo pugnado pela sua concretização.

A CDU aproveita, ainda, para lançar o repto, para que no futuro se avance com a criação do espaço físico, quiçá designado de “Casa Municipal da Juventude”.

A **Senhora Deputada Christine Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“A promoção da participação cívica dos jovens na vida pública deve ser um objetivo primordial das democracias contemporâneas, um desiderato, portanto, transversal a todos os quadrantes político-partidários.

Com propósito de agilizar a criação de mecanismos político constitucionais para aquela participação cívica, veio a Assembleia da Republica a aprovar a Lei n.2 8/2009, de 18 de fevereiro criando, assim, o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.

Do seu articulado, entre outras disposições, resultava a obrigatoriedade da criação daqueles órgãos consultivos, normativo que descaradamente o executivo camarário do PSD ignorou, numa manifestação inequívoca de que os jovens e os seus problemas não entravam no rol das suas preocupações, das suas políticas municipais.

Atitude incompreensível, lamentável, mas que, felizmente, o atual executivo do PS se propôs ultrapassar, demonstrando, uma vez mais, todo o seu empenho em assegurar o cumprimento da lei e ajudando, neste caso concreto, a criar as condições para alargar a participação democrática dos cidadãos em geral e dos jovens em particular, na gestão da causa pública.

Poder contar com o envolvimento, aportando ideias e estratégias, de um grupo demográfico altamente motivado e preparado para a intervenção cívica na vida



Assembleia Municipal de Caminha

pública, como são os jovens, é garante de modernidade e inovação nas soluções e caminhos políticos a seguir!

Hoje, mais do que nunca, os jovens estão na base das preocupações sociais. A juventude, como tema transversal no contexto das dificuldades sócio económicas que nos lastram, necessita de respostas concretas na área da educação, do emprego, da garantia e ampliação dos deveres e direitos sociais, por forma a garantir, a consolidar, a sua autonomia em parâmetros de felicidade e bem-estar ao longo da vida.

Com as alterações à Lei original, entretanto introduzidas, ultrapassada a inexplicável atitude do anterior executivo do Partido Social Democrata, resolvidos eventuais constrangimentos e, sobretudo, com a demonstração categórica do nosso executivo em priorizar a criação do nosso Conselho Municipal de Juventude, esperamos, então, conseguir definitivamente construir com ele um fórum solidário de reflexão e debate, de criação de soluções que possam ir de encontro aos anseios e reivindicações dos jovens do nosso Concelho.

Termino com um agradecimento muito especial ao Senhor Presidente da Camara pela sua clarividente gestão deste dossier e com a convicção de que Vossas Excelências, Senhores deputados Municipais não nos desiludirão e aprovarão o Conselho Municipal de Juventude caminhense, transformando-o no segundo de todo o Alto-Minho.

Disse!"

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Viana do Castelo (APPACDM) para Cedência de Instalações – Edifício e parte do Logradouro – Antiga Escola Primária de Vilarinho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de abril de dois mil e dezoito, relativa ao **“Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Viana do Castelo (APPACDM) para Cedência de Instalações – Edifício e parte do Logradouro – Antiga Escola Primária de Vilarinho”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2, do art.º25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o Município de Caminha a constituir o **“Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Viana do Castelo (APPACDM) para Cedência de Instalações – Edifício e parte do Logradouro – Antiga Escola Primária de Vilarinho”**.

A **Senhora Deputada Marlene Silva**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;



Assembleia Municipal de Caminha

“A alínea K), da ordem do dia desta Assembleia Municipal, pretende autorizar o Município de Caminha a constituir um Contrato de Comodato com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Viana do Castelo, a APPACDM, para Ceder Instalações da Antiga Escola Primária de Vilarinho.

A APPACDM irá criar nas Instalações, da Antiga Escola de Vilarinho, um CAO - Centro de Atividades Ocupacionais, para pessoas a partir dos 16 anos com deficiência, que não possam trabalhar.

Esta é sem dúvida uma boa notícia para o concelho de Caminha. Vemos nascer uma nova resposta social, que não existia no nosso concelho e que nos obrigava, quando a necessitávamos, a recorrer a outros concelhos.

Contudo, no mesmo momento que nos deleitamos com a abertura do CAO temos obrigatoriamente de nos entristecer, pois vemos encerrar uma outra resposta social, que existia no nosso concelho há 18 anos, o Centro de Acolhimento Temporário Benjamim em Seixas, para crianças e jovens em risco, de ambos os sexos, até aos 18 anos.

Uma resposta não irá substituir a outra pois têm destinatários e objetivos distintos.

Segundo o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, para o Biénio 2017-2018, a comparticipação financeira da segurança social por utente / mês na resposta de CAO é de 509,51€.

A abertura do CAO será da responsabilidade da APPACDM, instituição de Viana do Castelo, num edifício público cedido a título gratuito pelo Município de Caminha. Não podemos deixar de lamentar que não tenham sido ouvidas as instituições do nosso concelho, a fim de perceber se estas não estariam disponíveis ou até se não seria do seu interesse a abertura desta resposta, nos mesmos moldes que a APPACDM. Como sucedeu, por exemplo, em Paredes de Coura e Arcos de Valdevez, em que a resposta de CAO é assegurada por uma instituição do Concelho.

Disse.”



Assembleia Municipal de Caminha

A Senhora Tesoureira da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Ana Patricia Moreira, disse seguinte;

“A Junta de Freguesia, congratula-se por escolherem a nossa Freguesia e por dar uma nova vida ao edifício, mas lamenta o fato de ter sido mais uma vez excluída de todo este processo, uma vez que o edifício está na Freguesia de Vila Praia de Âncora.

Tomamos conhecimento que já existe projeto para o edifício, lamentamos é que não foi solicitado parecer à Junta de Freguesia, como tem acontecido noutras situações.

Gostaríamos de saber se estão acautelados lugares de estacionamento exterior, bem como nas Ruas circundantes à escola de Vilarinho, Rua Professora Maria Portela e Rua Ferreira de Castro, pois as mesmas não carecem de lugares de estacionamento, e dado que o edifício contíguo à escola primária de Vilarinho foi cedido ao grupo Etnográfico de Vila Praia de Âncora e o próprio grupo é constituído por muitos elementos.

Relativamente ao estado da pavimentação das ruas, Rua Professora Maria Portela e Rua Ferreira de Castro, ambas se encontram em mau estado, pergunto se estão a pensar intervir na execução de novo pavimento.”

O Senhor Deputado Vitor Brás, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Em primeiro lugar- Felicitar o Executivo da Camara na pessoa do Sr.º Presidente Miguel Alves por ter conseguido encontrar uma boa solução para que a instituição APPCDM não saísse do Concelho de Caminha.

Em Segundo Lugar- Agradecer por ter conseguido uma boa solução para o problema que se vinha a revelar perigoso e preocupante que era a degradação da Antiga escola de Vilarinho.



Assembleia Municipal de Caminha

Mais precisamente no dia 29/7/2012, era eu o Coordenador da Juventude Socialista do Concelho de Caminha e fizemos uma visita às instalações da antiga escola de Vilarinho.

Fazíamos referencia precisamente ao estado degradante do edifício, mas pior que isso o perigo para as crianças que por lá brincavam sem a consciência do que lhes poderia acontecer. Foi lá colocada uma placa que anunciava as futuras instalações da academia, projetos apresentados e nada, nada lá foi feito.

Outros ventos sopram e agora chegamos a bom porto, finalmente aquela placa velha e ferrugenta dará lugar a um edifício renovado e novamente cheio de vida, com um novo centro de atividades ocupacionais, como resposta social de apoio a pessoas com deficiência intelectual e incapacitante, com vista á manutenção e desenvolvimento das suas autonomias pessoais e sociais. Vila Praia de Âncora ganha um novo equipamento, capaz de dar a melhor resposta a quem dele necessitar, é sem dúvida uma mais-valia para Vila Praia de Âncora e conseqüentemente para o Concelho.

Para nós a permanência da APPCDM no concelho é uma boa noticia, é importante para as nossas gentes e dá resposta a necessidades existentes no Concelho, não tendo os utentes do mesmo que se deslocar para concelhos vizinhos. Fica assina cumprida mais uma valência social na maior freguesia do Concelho mais propriamente em Vila Praia de Âncora

Se é verdade que a requalificação do espaço público é sempre uma mais-valia, não é menos verdade a importância que tem a APPCDM na área do apoio social. Vila Praia de Âncora fica a ganhar com este novo equipamento bem como o Concelho.

De realçar que, a própria APPCDM irá realizar as obras necessárias, por sua conta, requalificando assim, mais um edifício emblemático de Vila Praia de Âncora, dando lhe vida e dignidade.

O Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse relativamente a esta matéria, que a CDU nunca esteve contra qualquer comodato, pelo que, não estará ao que agora se apresenta. O comodato tem fins específicos que estão consagrados numa contratualização que se faz e este não foge a esta regra. E, na verdade, com estes regimes de comodato, principalmente em edifícios como este que se estava a degradar, numa zona da Vila que necessitava de algum movimento, são sempre bem-vindos. Contudo, a questão essencial neste contrato, é que não se está a ceder em regime de comodato o edifício, porque houve uma vontade, um desejo, algo pensado para aquele local neste momento; houve antes uma necessidade, a qual decorre da perda de vontade de uma instituição em manter ativa uma das unidades que estava no nosso Concelho, e, tendo-se esta mostrado irreduzível em lhe dar continuidade, acaba por aderir a uma mudança da sua atividade, embora seja a mesma entidade. Vale, apesar de tudo isto, que se acabe por preservar a situação laboral, em número, mantendo-se no Concelho as pessoas que lá trabalhavam, o que é um ganho. Mas o essencial é que se passe a mensagem a partir desta Assembleia que estes tipos de situações acontecem porque o Estado se demite das suas efetivas funções. Aquilo que está a acontecer, é que o Estado Português, que deveria assumir e deveria ser ele a garantir que estas crianças e jovens têm acesso à educação e à formação, trabalhando em condições mais favoráveis, não o faz e passa este tipo de matérias para as instituições privadas, sendo elas que irão ter que assumir aquilo que deveria ser o Estado a assumir. No final acabamos todos por ter que assumir como está agora a acontecer com este comodato. Ao se aprovar este comodato, apenas se está, então, a resolver uma situação que surgiu, acomodando-se numa solução que acaba por ser boa para todos, mas que decorre de uma efetiva falta de entrega do Estado Português para com as suas obrigações, acabando por ficar vulnerável à vontade dos privados, como aconteceu com a APPCDM.



PA
Z

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que esta é uma proposta importante que ali vai, e que é verdadeira a reflexão que o Senhor Deputado Joaquim Celestino ali deixou, como todos sabem é de conhecimento publico que ainda há pouco tempo se realizaram as eleições autárquicas, o próprio programa de Governo apresentado pelo Partido Socialista previa um equipamento diferente para aquele local, pelo que, não vale apenas fugir a essa questão, esta situação surge da necessidade de poder garantir um novo equipamento social no contexto do Concelho de Caminha nomeadamente de apoio à deficiência que era algo que não existe. Refere ainda o Senhor Presidente que ao encontrar um financiamento que é dado á instituição e que a instituição o manterá se fizer investimento durante este ano civil e cumprir os prazos, e ao tê-lo no nosso Concelho, melhor, e o qual vai ao encontro das necessidades das trabalhadoras da APPCDM do Concelho que provavelmente teriam muitas necessidades face aos seus vencimentos os quais são conhecidos, para poderem trabalhar fora do Concelho e provavelmente até teriam que ser despedidas. Refere o Senhor Presidente que neste contexto e de acordo daquelas que foram as oportunidades elencadas com o Município no conjunto do Concelho de Caminha, aquela que foi a oportunidade agarrada do ponto de vista do equipamento foi a antiga Escola de Vilarinho de Vila Praia Âncora, e o executivo não pode deixar de acomodar este encontro de vontades para se poder resolver um problema, ao se criar um equipamento que não existia, logo, desse ponto de vista e absolutamente certo essa matéria, mas também, vai haver um novo equipamento no Concelho que vai dar uma resposta direta à problemática da deficiência, e esta é uma boa noticia.

Disse também o Senhor Presidente que regista uma boa evolução no pensamento do PSD, concordando com o facto que este é um bom equipamento para o Concelho, com esta iniciativa, e isso difere da reunião de Câmara aonde foi discutida esta matéria, uma vez que o Senhor Vereador Manuel Marques disse que tinha grandes duvidas que esta fosse uma boa noticia para Vila Praia de Âncora e para o Concelho de Caminha, mas, julga o



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'F' and 'D' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente que hoje se conseguiu chegar ali a um consenso muito mais sereno e sem o calor daquele debate público.

Quanto à pergunta da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora disse o Senhor Presidente que no momento não estão planeadas nenhuma intervenções nas imediações, a Câmara não tem isso previsto perante este orçamento, mas, isso não quer dizer que eventualmente isso se possa fazer. Disse também o Senhor Presidente que não vale a pena provocar o executivo, quanto a esta matéria, e um património que é do Município, pode e deve ponderá-lo do ponto de vista que é do Concelho, que está em Vila Praia de Âncora, mas, que o Município pode sobre ele decidir, e pode decidir, porque de facto esta matéria diz respeito ao Município, e o impacto que esta obra tem é um impacto muito maior que o impacto que terá em Vila Praia de Âncora, e sempre é melhor, do que aquele edifício estar abandonado é ter uma ocupação. Disse ainda o Senhor Presidente que a maior alegria que vai ter é arrancar aquela placa que lá está, não por mencionar a Academia Fernandes Fão, mas, porque aquela placa esta enferrujada do tempo que ali esteve sem ser retirada, e sugere à Junta de Freguesia que tentem afastar estes anátemas, porque não conseguem falar totalmente bem, só porque a Câmara não ouviu a Junta, mas, a Câmara não o tinha que fazer. Porque a Junta fez as obras na rotunda da Cruz Velha e não ouviu a Câmara nem as Infraestruturas de Portugal se o podia fazer, e a Câmara perdeu a garantia da obra. Quando avançou com as obras na Sandia onde a Câmara está a fazer um projeto e provavelmente terão que se reverter algumas das coisas porque também não perguntou nada, e tudo isto em território municipal, assim como com a iluminação na Av. Ramos Pereira, e o executivo tenta sempre fugir a este confronto, o qual não faz sentido, contudo a Câmara tem sempre tentado chamar a Junta de Freguesia em questões fundamentais, quando foi a questão de se ter uma escola secundaria publica, esta foi chamada para essa questão e a Junta entendeu não estar presente, como em outras situações, mas, poderá estar no futuro, e aquilo que não queria o Senhor Presidente é que se



Assembleia Municipal de Caminha

continuasse com estes pequenos atritos, porém o futuro o dirá. Mas, aqui a questão fundamental é que a APPCDM avançou rapidamente para a execução de um projeto, que já o apresentou em modo informal junto da Segurança Social e da Câmara Municipal para se poder acautelar algumas situações, já existem um encontro de ideias em relação à questão exterior para que não haja uma divergência absoluta entre as duas intervenções que se vão realizar, a propósito da decisão que se tomou a seguir sobre o Etnográfico de Vila Praia de Âncora, e está convencido que ambos os equipamentos estejam prontos até ao final deste ano civil, e quem vai ficar a ganhar é Vila Praia de Âncora, principalmente aquela zona que já não tem algum tipo de intervenção a algum tempo.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 voto contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

I) Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e o Grupo Etnográfico de Vila Praia de Âncora para Cedência de Instalações – Dependência e parte do Logradouro – Antiga Escola Primária de Vilarinho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de abril de dois mil e dezoito, relativa ao “**Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e o Grupo Etnográfico de Vila Praia de Âncora para Cedência de Instalações**”



Assembleia Municipal de Caminha

– **Dependência e parte do Logradouro – Antiga Escola Primária de Vilarinho**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2, do art.º25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o Município de Caminha a constituir o “Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e o Grupo Etnográfico de Vila Praia de Âncora para Cedência de Instalações – Dependência e parte do Logradouro – Antiga Escola Primária de Vilarinho”.

A **Senhora Deputada Tânia Almeida**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Foi com elevado regozijo que constatei que o Etnográfico de Vila Praia de Âncora terá uma nova sede, onde em tempos funcionou a cantina da escola de Vila rinho.

Sinto me duplamente feliz!

Em primeiro lugar: porque finalmente o etnográfico terá uma sede sua, condigna, ocupando o espaço que atualmente se encontra devoluto e que será 100% reabilitado pela, Câmara Municipal. Devolvendo, assim, mais um edifício com história a toda a nossa comunidade e, em especial, à comunidade etnográfica.

Em segundo lugar: porque também eu sou uma verdadeira amante das tradições, da etnografia, da nossa cultura, da manutenção dos saberes e tradições do nosso povo. Atualmente, pertenço ao Rancho Folclórico das Lavradeiras de Orbacém. E nesta qualidade reconheço todo o esforço e rigor científico com que o Etnográfico de Vila Praia de Âncora se apresenta à população.



Assembleia Municipal de Caminha

Este contrato de comodato é, em si, um apoio à atividade cultural do nosso concelho. É um afirmar das nossas tradições e costumes. É uma aposta na divulgação dos nossos saberes e usos.

Por todos estes motivos expostos, o Partido Socialista votará favoravelmente a presente proposta.

Disse!”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

m) Alteração à Postura de Trânsito na Avenida de Santana – União de Freguesias de Moledo e Cristelo

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de abril de dois mil e dezoito, relativa à “**Alteração à Postura de Trânsito na Avenida de Santana – União de Freguesias de Moledo e Cristelo**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a eliminação de um sentido de trânsito na Avenida de Santana, entre o entroncamento com a Rua Eng. Couto dos Santos e o entroncamento com a



Assembleia Municipal de Caminha

Rua do Rouxico, passando este troço a ser uma faixa de rodagem de via única, com sentido proibido no sentido norte/sul, criando também neste troço uma zona de estacionamento autorizado, do lado oposto ao sentido de trânsito permitido, de acordo com o fotomapa e desenho que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU compreende os esforços que foram realizados e que constam da proposta quanto à Avenida de Santana, contudo como membros da Assembleia Municipal foram contactados por algumas pessoas de Moledo e Cristelo, as quais levantaram imensas dúvidas. Portanto, aquilo que a CDU deseja é que se aprofunde um pouco mais o debate sobre esta solução que ali está a ser apresentada, porque do que consta da proposta, há referência a alguns pareceres daquelas que são moradoras, mas, aquela zona existem muitas pessoas que não são moradoras mas que frequentam diariamente aquele local, logo, aquilo que solicitam é que se aprofunde mais esta solução e que não seja decidida nesta Assembleia, passando-a para uma próxima e assim se poder decidir de forma mais justa.

A **Senhora Deputada Ariana Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e congratulou a Junta de Freguesia e executivo pela iniciativa, como todos sabem que a Avenida de Santana é uma artéria muito movimentada e que na época de Verão se torna caótico, é importante sentido único, apenas tinha uma questão a colocar, a qual já lhe foi esclarecida pelo Senhor Presidente de Junta, que era quanto ao autocarro escolar porque existe um grande movimento de crianças a entrar ali, pois essa situação já está resolvida. Disse ainda a Senhora Deputada que esta solução é boa para Moledo e que se deve continuar a inovar



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Joaquim Guardão, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse quanto a esta solução encontrada para a Avenida de Santana, foram os moradores e comerciantes que a decidiram, não foi a Câmara nem a Junta de Freguesia que propôs esta solução. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que este problema surgiu quando houve um acidente simples, mas a Senhora resolveu reclamar junto do Município e junto do Comandante Geral da GNR a mencionar que o Senhor Comandante não punia com multas em Moledo, pelo que, se criou uma situação complicada, porque desde aí a GNR começou a multar todos os veículos que ali estacionavam na Avenida de Santana. Contudo, ainda foi ver à Câmara Municipal o Senhor Presidente da Junta qual a sinalética que estava aprovada para aquela artéria e aquilo que referia que no final da Av.^a Couto dos Santos, existia uma placa que referia fim de estacionamento proibido e aquilo que o Senhor Comandante disse é que se colocar essa placa, aquilo que vai acontecer é que a multa em vez de ser de 9€ passará para 30€, isto porquê, porque segundo o código das estradas os arruamentos tem que ter 2.50metros de faixa de rodagem mais 2.20metros para estacionamento de automóveis, porém, isso é impossível naquela artéria, porque a solução seria cortar aos passeios, e essa não seria apadrinhada pela Junta de Freguesia. E de imediato, apareceram três soluções a já mencionada, uma outra sentido único entre a Av.^a Couto dos Santos e a Capela de Santana, mas, a qual do ponto de vista da população que estava presente e a Junta também não seria a melhor solução encontrada, mas, a solução mais viável e foram as pessoas que a quiseram, seria o transito ter um sentido único entre a Capela de Santana e a Av.^a Couto do Santos, no sentido de Vila Praia de Âncora e Moledo, sendo que, aquilo que as pessoas demonstraram preocupação foi em relação aos transportes públicos, até mais por causa do



Assembleia Municipal de Caminha

transporte escolar, onde o Senhor Vice Presidente da Câmara o qual estava presente nessa reunião ficou de assegurar essa situação. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta que já existem algumas situações parecidas em Vila Praia de Âncora e que também se resolveram.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que este é um tema que trás alguma complexidade e mexe com as pessoas. Mas, também é verdade que se viveu ali durante estes anos em que havia alguma parcimónia da parte da Guarda Republicana ao ali passar e olhar sempre para o lado contrario aonde estavam estacionados os automóveis, e é um facto que com esse acidente alertou a GNR e a queixa que houve contra a Câmara Municipal, veio ali criar um problema, e o problema foi nos moradores e comerciantes no sentido de estes apresentaram qual seria a melhor solução, junto da autarquia, mas, as soluções tem um problema, porque afetam sempre alguém numa alteração como esta. Logo, aquilo que o executivo decidiu fazer, foi procurar alguma solução que conciliasse algum estacionamento, como manter a Avenida da mesma forma, mas, isso tinha um impacto para aquela população, o que não quer dizer que ao se mexer na postura de transito não crie um impacto para restante população. Contudo, disse o Senhor Presidente que a tese mais defendida era deixar como estava, mas, ao ficar como sempre esteve ninguém pode garantir que a GNR não faz a sua fiscalização, e aquilo que se foi apercebendo ao longo destes dias é que não havia ali viaturas estacionadas, então decidiu-se criar uma solução que permitisse criar um impacto menor às pessoas, e daí surgiu esta solução que ali está a ser apresentada, vai afetar as pessoas um pouco na sua mobilidade, mas, julga que será a menos prejudicial. Contudo, a questão fundamental para o executivo era a dos transportes públicos, porque seria um risco haver a entrada de pessoas na estrada nacional, logo, a solução apresentada na direção Vila Praia de Âncora, não sofre qualquer alteração, apenas para aqueles que vêm de Caminha para Vila Praia de Âncora desce na Rua do Botão e segue na



Assembleia Municipal de Caminha

direção sul, apanhando sempre as pessoas na mesma direção e local. Disse ainda o Senhor Presidente que executivo decidiu acelerar o processo porque senão só em junho isso iria ali, e só para julho estaria a funcionar a nova implementação, porém, isso vai fazer que se decida a questão dos transportes mais rápido, contudo se durante este procedimento esta situação não revelar uma boa solução, todos têm o dever de encontrar uma outra solução, agora, aquilo que não se consegue encontrar é uma solução que resolva o problema para toda a gente. Logo, o compromisso que o Senhor Presidente gostava que ficasse registado é que se possa fazer a avaliação deste procedimento até final de junho, porque se as empresas que estão a fazer o transporte escolar ponderarem não o fazer, então aí terá que se arranjar outra solução.

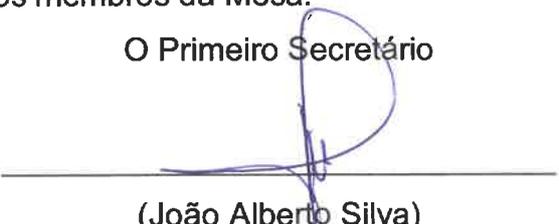
Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 voto contra e 1 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H00M, do dia 28 de abril de 2018, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

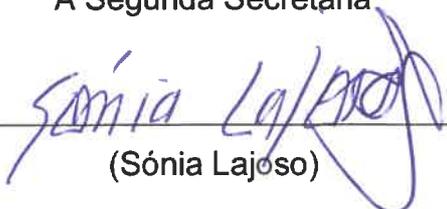
O Primeiro Secretário


(João Alberto Silva)



Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária



(Sónia Lajoso)

O Presidente



(Luís Augusto Pestana Mourão)